

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Ciências Sociais

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM NOVAS FORMAS DE
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO

Trabalho de Conclusão de Curso
Acadêmica: Lara Bauermann
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Ignez Silveira Paulilo

Florianópolis, junho de 2009.

Lara Bauermann

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM NOVAS FORMAS DE
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO

Monografia apresentada ao
Curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial
para o título de Graduação em
Ciências Sociais.

Florianópolis, junho de 2009.

*“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar”.*

[Berlot Brecht]

Agradecimentos

É muito gratificante parar para refletir a respeito de todos que foram a base que deram sustentação para esse trabalho se realizar. Em primeiro lugar, as pessoas mais importantes e que tornaram tudo isso possível desde o começo: meus pais. A eles toda a minha gratidão e admiração. Agradeço pela confiança depositada em mim, pelo investimento e pelo incentivo, bem como por compreender a minha ausência, as minhas visitas não tão freqüentes. Agradeço também ao meu irmão, meu maior companheiro desde sempre que mesmo distante é um apoiador, protetor e amigo.

À minha orientadora, Maria Ignez, que me ensinou e corrigiu sempre com muita paciência, disposição e disponibilidade, me incentivando tanto teórica quanto psicologicamente. Não posso deixar de citar também as pessoas que participaram do grupo de discussão do TCC, cujas opiniões foram muito importantes para minha pesquisa.

Um agradecimento muito especial àqueles que foram a essência desse trabalho: as trabalhadoras e trabalhadores da Coopervita. Foi graças à disposição e contribuição deles que essa pesquisa pode ser realizada.

Outros a quem agradeço a compreensão pela minha ausência são as amigas e amigos de Tapejara. Em especial, Ana, Eloisa, Camila G, Camila N, Pati, Keli, Jaque, Mari, Sida, Fran, foi com vocês que aprendi o significado mais forte da palavra amizade, e a e Magali, nosso anjo, com quem aprendi o significado real do que é sentir saudade e que com certeza estive me olhando nessa fase, onde quer que esteja. À Ana, agradeço especialmente por compartilhar angústias e conquistas via depoimentos de Orkut, e por fazer comigo as contagens regressivas para ir à Tapejara. E, nos poucos dias que eu estava lá, por passar horas e horas conversando, saindo junto, ou apenas ficando perto para tentar matar a saudade no curto tempo, que nunca era suficiente.

Agradeço as meninas que dividiram apartamento comigo: Katana, Carla, Ro, Su, todas fazem parte da “família Floripa”, uma segunda família que montamos, sempre um ponto de referência e de apoio nos momentos difíceis, sempre companheiras para rir e chorar, para falar coisas sérias e bobagens, para dividir alegrias, tristezas, faxinas e contas. Em especial à Katana por ter sido minha companheira de todos os momentos, das aulas às “horas felizes”, e por ter dividido em pouco de tudo comigo, da maionese às muletas. Por ter sido parceira de discussões profundas, e outras nem tanto, de dúvidas e angústias teóricas a dúvidas e angústias cotidianas. Enfim, minha “metade”. À Mari

que, junto com a Katana, fez parte das “três porquinhas”, inseparáveis desde o começo da faculdade. A ela devo minha gratidão por ser minha companheira de pesquisa no NAUI, nossa primeira experiência como pesquisadoras, minha companheira também de angústias e alegrias (teóricas ou não) e de viagens acadêmicas.

Agradeço também ao NAUI e toda a equipe, em especial à Alicia e a Maria José, pelas orientações, e a Camila e a Mari, por terem “pegado junto” na experiência acima citada, muito importante em minha formação.

Agradeço a todos os amigos da faculdade, aqueles de sala de aula e aqueles de festas e bares, aqueles de corredor apenas e aqueles de deixar a escova de dente na minha casa, aqueles de manifestações, aqueles de viagens acadêmicas, todos muito importantes nessa fase da minha vida, tanto pela convivência, quanto pelas discussões e aprendizados. Em especial, a Kelem, minha companheira de NAF, quem aprendi a admirar por suas idéias, com quem discuti muitos problemas acadêmicos e outros nem tanto, e que me ajudou a crescer muito nessa caminhada. Agradeço também as outras meninas e meninos do núcleo, não tão presentes, mas também importantes.

Outros que foram muito importantes são os amigos da dança, os do Grupo Ilha Xucra, por compreenderem minhas ausências nos ensaios, principalmente nesse último semestre, mas também pela amizade e parceria. E os amigos do Centro de Dança Laura Flores, por compreenderem meu quase sempre constante cansaço, e por terem se tornado tão importantes em tão pouco tempo na minha vida.

Sumário

Lista de Gráficos.....	11
Lista de Figuras	10
Introdução.....	10
1. Primeiro Capítulo	14
1.1 Caracterização do universo da pesquisa	14
1.1.1 O município de Tapejara	14
1.1.2 A ocupação do espaço agrário no Rio Grande do Sul	14
1.1.3 A modernização da agricultura no Rio Grande do Sul.....	18
1.2 Novas formas de organização do trabalho no campo como alternativas à agricultura familiar	23
1.2.1 Agricultura familiar e agricultura orgânica	23
1.2.2 O associativismo no Rio Grande do Sul: cooperativismo empresarial e economia solidária.....	26
2. Segundo Capítulo	30
2.1 A questão de gênero	30
2.1.1 Trabalho Produtivo x Trabalho Reprodutivo.....	32
2.2 Realidades (e desigualdades) de gênero na agricultura familiar	35
2.3 Possibilidades de transformação das relações de gênero através de novas formas de organização do trabalho no campo.	38
2.3.1 Empoderamento da mulher.....	38
2.3.2 Rupturas ou continuidades.....	40
3. Terceiro Capítulo.....	44
3.1 A Cooperativa de Produção Rural Terra e Vida – Coopervita.....	44
3.1.1 Histórico da COOPERVITA	46
3.2 As mulheres da cooperativa.....	52
3.3 A cooperativa como oportunidade de emprego e agregação de valor aos produtos agropecuários.....	54
3.4 “A gente trabalha muitas horas por dia, pelamordedeus!”: a sobrecarga de trabalho na esfera produtiva.	56
3.4.1 “E eu não acho feio, né? Os homens ajudarem”: a divisão sexual do trabalho na propriedade.	58
3.4.2 “Isso é vida de louco gente!”: quando o trabalho na esfera produtiva é somado ao da esfera reprodutiva.....	66
3.5 A satisfação em trabalhar na cooperativa	70
3.5.1 Mas... a participação na cooperativa é efetiva?	74
Considerações Finais	78
Referências bibliográficas:	81
Apêndices	89
Anexo	111

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Nível de escolaridade das mulheres	53
Gráfico 2 – Horas de trabalho por dia na Coopervita.....	56
Gráfico 3 – Divisão de trabalho nas tarefas dentro do lar (Total)	59
Gráfico 4 - Divisão de trabalho nas tarefas fora do lar (tarefas na propriedade e no entorno da casa) - total.....	61
Gráfico 5 – Divisão de trabalho nas tarefas da cidade (total).....	62
Gráfico 6 – Principal ocupação na propriedade – Mulheres	64
Gráfico 7 – Principal ocupação na propriedade – Cônjuges	64
Gráfico 8 – Principal provedor da família	72

Lista de Figuras

Figura 1 - Assembléia Geral da Cooperativa.....	45
Figura 2 – Criação de porcos da Cooperativa.....	47
Figura 3 – Marca da Coopervita.....	49
Figura 4 – Mulheres trabalhando na agroindústria da Coopervita.	49
Figura 5 – Horta orgânica.....	50
Figura 6 – Mulheres trabalhando na padaria	51
Figura 7 – Criação de frango caipira (arquivo Coopervita).....	51

Introdução

Essa pesquisa tem como foco principal analisar a participação das mulheres nas atividades de uma cooperativa de produtores rurais do município de Tapejara/RS: a Coopervita (Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida). Essa cooperativa surge em 1990 e tem sua produção baseada em princípios da agroecologia. É implantada por iniciativa de um grupo de agricultores familiares, como forma de buscar alternativas de permanência no campo e de ocupação de mão-de-obra.

Durante a revisão bibliográfica das pesquisas a respeito da questão de gênero nessas novas formas de organização de trabalho no campo, percebi que as expectativas se dividem entre a possibilidade de avanço no sentido de alcançar uma maior igualdade entre homens e mulheres e as constatações de que essas mudanças acabam reproduzindo a desigualdade. Dessa forma, entender de que maneira se dá a participação das mulheres e, além disso, quais as mudanças ocasionadas em suas vidas através dessa participação foi a principal motivação para a realização da pesquisa.

A tecnificação da agricultura gerou sérias conseqüências sociais e ambientais. E, ao contrário do que se pensava, não contribuiu para amenizar o problema da fome. Uma das conseqüências desse processo foi a diminuição da ocupação de mão de obra, gerando a exclusão e a saída de muitos trabalhadores rurais do campo para a cidade. Se compararmos o Brasil dos anos 60 e dos anos 80, percebemos que houve uma grande urbanização. Em 1960 mais da metade da população vivia no campo, em 1980, esse percentual estava por volta de 30% (GONÇALVES NETO 1997:23). Segundo dados do Censo Demográfico do Brasil (2000), a porcentagem da população que vivia no campo caiu ainda mais, ficando em torno de 18,7%. No Rio Grande do Sul, a urbanização ocorreu na mesma intensidade, sendo que a porcentagem da população que vivia no meio rural caiu de 32% em 1980 para 18,3% em 2000.

Segundo os participantes da cooperativa, a idéia de iniciar uma organização de agricultores surge justamente com o objetivo de superar essa situação, gerando ocupação de mão-de-obra e criando oportunidades de permanência no campo. A escolha pela agricultura orgânica¹ foi tanto uma estratégia de mercado quanto uma preocupação com a saúde.

¹ Para os fins dessa pesquisa, a agricultura orgânica será considerada, de maneira geral, como alternativa para se conseguir uma agricultura social e ambientalmente mais justa, que valorize o meio

Num primeiro momento da pesquisa, entre os nossos objetivos específicos estava também o de tentar perceber a relação entre a escolha pelo plantio orgânico e a presença das mulheres. Depois dos primeiros contatos com a Coopervita, ao perceber que a primeira motivação foi a questão de agregar valor aos produtos, somada à questão dos problemas de saúde, percebi que talvez o plantio orgânico não tivesse tanta relação com a presença da mulher. Resolvi então, suspender esse objetivo. No entanto, ele pode vir a ser retomado em uma pesquisa maior, já que foi justamente no momento em que o plantio orgânico teve início que as mulheres passaram a ter uma participação maior na cooperativa.

Escolhi a Coopervita para meu campo de pesquisa, pois a participação das mulheres nas atividades dessa cooperativa sempre foi indicada como um ponto positivo no discurso dos informantes com quem conversei. No entanto e paradoxalmente a isso, a primeira vez que fui a campo, quem me recebeu foi uma mulher e, ao solicitar informações sobre o funcionamento da cooperativa e a possibilidade de realizar um trabalho no local, a resposta que obtive foi: “Ah! Só um minuto, deixa eu ver se tem um homem aqui”. Essa contradição aumentou minhas inquietações em relação ao tema da pesquisa e foi mais um motivo que me levou a escolhê-lo.

Diante disso, o objetivo da pesquisa é verificar quais foram as mudanças para as mulheres em relação aos papéis sociais de gênero, proporcionadas por sua participação nessa cooperativa. Assim, minhas principais interrogações são: 1) quais foram as mudanças provocadas na rotina das atividades domésticas dos membros da família a partir da participação das mulheres na cooperativa? 2) existe uma sobrecarga no trabalho feminino após a inserção das mulheres na cooperativa? 3) existem fatores que dificultam a participação das mulheres em cargos gerenciais? 4) houve alguma mudança em relação ao acesso das mulheres à renda a partir de sua participação na cooperativa?

A metodologia de trabalho utilizada foi, antes de tudo, uma revisão bibliográfica, que consistiu, num primeiro momento, no estudo sobre a formação agrária do Rio Grande do Sul e das transformações atuais na organização do trabalho no campo, com o surgimento de associações, cooperativas, novas formas de comércio, como feiras, e novas formas de produção, como a produção orgânica. Num segundo momento, consistiu no estudo sobre o conceito de gênero e a questão da mulher: a sobrecarga de

rural e possibilite a permanência do agricultor no campo, sendo um sistema de produção que pretende ir além dos parâmetros tecnológicos e econômicos da agricultura convencional (KARAN, 200: 84 - 85).

trabalho enfrentada por elas, a discussão em relação à divisão sexual do trabalho e do diferente status e valor dado ao trabalho produtivo e reprodutivo.

Na etapa do campo, o levantamento de dados foi realizado por meio de entrevistas abertas e semi-estruturadas, visto que, dessa maneira, é possível obter uma maior flexibilidade, facilitando o aprofundamento em determinados assuntos. Além de proporcionar uma maior proximidade entre entrevistador e entrevistado, permitindo tocar em assuntos mais íntimos e delicados (BONI, 2005: 17 – 18).

As entrevistas foram feitas com dez mulheres, além de dois homens que participam de cargos da administração, com o objetivo de compreender melhor o funcionamento da cooperativa. Essas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Por conta do pouco tempo disponível para a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso além de a amostra ser bastante reduzida, não foi possível o estudo de mais de um caso. Dessa forma, os gráficos resultantes da análise não têm a pretensão de apresentar uma generalização, mas sim, de permitir uma melhor visualização dos dados obtidos nessa pesquisa. De qualquer modo, a comparação com outras pesquisas maiores permite que sejam feitas análises a respeito dos dados obtidos nesse trabalho.

O trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, faço uma descrição do universo da pesquisa. Essa caracterização é importante para que se possa compreender melhor o contexto local e histórico onde a Coopervita está inserida - como a agricultura se desenvolveu naquela região, quais são os fatores que a influenciam e qual o modelo agrícola predominante. Essa contextualização permite também compreender melhor os motivos pelos quais os produtores dessa comunidade sentiram necessidade de se unirem em uma associação. Ainda nesse capítulo, mostro o surgimento das novas formas de organização de trabalho no campo que se apresentam como alternativas para a agricultura familiar.

No segundo capítulo passo para a análise do conceito de gênero e de como são construídas as desigualdades entre homens e mulheres. Trago também a questão das mudanças que a participação das mulheres no mercado de trabalho trouxe para estas, bem como as discussões a respeito do trabalho produtivo e reprodutivo. Discuto ainda a situação da mulher na agricultura familiar. Por fim, reviso o debate das feministas sobre o empoderamento da mulher.

O terceiro capítulo constitui-se da análise dos dados levantados em campo: as dificuldades das mulheres com o trabalho da cooperativa e a satisfação delas com esse mesmo trabalho, bem como a questão da sua participação e de seu empoderamento tanto na esfera pública quanto privada. Para melhor ilustrar minhas observações faço uso dos depoimentos das próprias mulheres e de alguns gráficos que têm por objetivo facilitar o entendimento dos dados.

1. Primeiro Capítulo

1.1 Caracterização do universo da pesquisa

1.1.1 O município de Tapejara

O município onde se realizou a pesquisa está situado na região nordeste do Rio Grande do Sul, zona de relevo do planalto médio e microrregião geográfica de Passo Fundo. Fica distante 338 km da capital. Possui uma altitude de 658 metros e área territorial de 240,1km sendo 94% pertencentes à zona rural, e 6% à zona urbana².

Segundo o IBGE, na contagem da população de 2007, Tapejara possui 17.500 habitantes. Dessa população 20% são moradores do meio rural, com predomínio de agricultores familiares. A etnia predominante é de italianos (60%) e de alemães (20%) (DALLAGASPERINA; OLIVEIRA, 2006: 18). Nos últimos anos, o município tem se constituído em um pólo regional de comércio, informação, saúde e indústria, atraindo pessoas de diversas cidades da região.

A cooperativa onde foi realizada a pesquisa está instalada na comunidade de Vila Campos que se localiza a leste de Tapejara, a 8 km da sede urbana do município. As famílias são, em sua maioria, descendentes de italianos (DALLAGASPERINA; OLIVEIRA, 2006: 18).

1.1.2 A ocupação do espaço agrário no Rio Grande do Sul

A forma de ocupação do espaço agrário gaúcho é historicamente um processo de exclusão social, as lutas e os conflitos foram constantes na apropriação de terras da região. Muito do que ocorre hoje nos espaços rural e urbano da região do Planalto Gaúcho são reflexos de uma realidade que vem se construindo há mais de 100 anos. Esses processos constituíram o perfil agrícola da região e contribuíram com a diferenciação econômica inter-regional, sendo a região da Campanha caracterizada pela

² Disponível em <http://www.tapejara.rs.gov.br/localizacao.php>. Acesso em 04/04/09

pecuária, e as regiões da Serra e Norte caracterizadas pela agricultura. (TEDESCO, 2002: 15, 93 - 94).

Apesar da existência dessa dualidade, podem ser identificados três sistemas produtivos predominantes no Estado: 1) a grande propriedade, dedicada à agropecuária extensiva, caracterizada pelo elevado grau de conservadorismo e estagnação tecnológica; 2) a empresa capitalista, dedicada à produção de arroz irrigado, soja e outros produtos, caracterizado por ser um setor bastante dinâmico tendo, inclusive, ocupado parte do espaço da pecuária extensiva; 3) e a agricultura familiar, dedicada a uma atividade mais diversificada, mesmo que as mudanças impostas pela modernização tenham modificado o perfil desse sistema produtivo (ANJOS, 2003: 125). No entanto, outros produtos que, desde 1980, vêm sendo incentivados, começam a ter cada vez mais importância. Dentre esses merecem destaque o reflorestamento, a fruticultura, a olericultura, a apicultura, a piscicultura e a floricultura (BRUMER: 2001: 234 – 235).

Na época da ocupação de seu território, no período colonial, o Rio Grande do Sul apresentava duas regiões distintas: uma área de campo, que se estendia por cerca de 52% do território, e uma área de mata tropical, cobrindo os 48% restantes (BRUM, 1985: 18 - 19). A primeira foi ocupada pelos colonizadores portugueses e espanhóis e se transformou em grandes latifúndios de criação de gado. A segunda se transformou em pequenas propriedades, ocupadas pelos imigrantes europeus, além dos índios e caboclos que já habitavam aquelas áreas (BAVARESCO, 2001: 258).

A partir de 1732, o governo português passou a distribuir títulos de propriedade no intuito de consolidar a posse do território, que era disputado pelo coroa espanhola. Eram propriedades extensas, chamadas sesmarias, que chegavam a atingir até 13.000 hectares. Essas estâncias deram origem ao latifúndio agropastoril em toda a área de campo (BRUM, 1985: 30).

Cerca de vinte anos depois, centenas de famílias açorianas começaram a chegar ao estado. Depois de mais de dez anos de abandono, as que sobreviveram começaram a receber territórios rurais. Eram propriedades de aproximadamente 900 hectares e tinham o objetivo de diversificar a agricultura que, até então, era apenas pastoril (BRUM, 1985: 30).

Diversos fatores fizeram com que os açorianos abandonassem a agricultura, baseada principalmente na cultura do trigo, e passassem a se dedicar à atividade agropastoril, entre elas:

“a destruição dos trigais pela praga da ferrugem, as freqüentes guerras contra os castelhanos pela posse do território exigindo a participação dos filhos das famílias açorianas, as requisições de animais e produtos que o governo fazia para atender às necessidades das lutas e nunca pagava, o maior prestígio da atividade pastoril em relação ao trabalho na agricultura”³.

Soma-se a esses fatores o aumento da importância do gado com a introdução das charqueadas, que se expandiram a partir de 1780.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a ocupação da área de campo foi baseada na grande propriedade concentrada na mão de poucos, o que gerou a formação de duas classes distintas e fortemente hierarquizadas: a dos estancieiros, que eram os proprietários, e a dos peões, que eram os trabalhadores. Além disso, no trabalho pesado das charqueadas predominava o trabalho escravo (BRUM, 1985: 30 - 32).

Até o ano de independência do Brasil (1822) a área de campo estava completamente povoada. As regiões de mata, até então, eram consideradas sem valor, pois não serviam para a criação de gado, única atividade agrícola que dava prestígio e poder. A área de mata foi ocupada por imigrantes e descendentes de imigrantes alemães e italianos, onde predominou a pequena propriedade e o trabalho familiar (BRUM, 1985: 34 - 35).

Os alemães chegaram a partir de 1824 e ocuparam as áreas das margens dos rios navegáveis que formam o Guaíba. Os italianos chegaram a partir de 1875 e ocuparam as terras da região centro-nordeste. Outras etnias menos numerosas como poloneses, austríacos, russos, etc. também fizeram parte desse processo de imigração. A “colônia”⁴ ou lote rural, entre os anos de 1851 e 1889, variava de 77 hectares até 48,4 hectares, de 1889 em diante passou para apenas 25 hectares (BRUM, 1985: 34 - 35).

A primeira etapa da ocupação dessa região foi no centro-nordeste do Estado. São as chamadas “colônias velhas”, formadas por imigrantes de uma única nacionalidade. A segunda etapa foi no norte do Estado, e teve início em 1890. São as chamadas “colônias novas”, formadas por imigrantes de diversas nacionalidades. Eram antigos imigrantes das colônias velhas ou seus descendentes que, por falta de terras e aumento do

³ BRUM, Argemiro J. Modernização da agricultura: trigo e soja. Ijuí, FIDENE, 1985, p. 32

⁴ "O termo **Kolonie** (Colônia) designa toda a região colonizada ou área colonial, ou seja, o conjunto dos lotes de uma área previamente estabelecida pelo governo, juntamente com um núcleo populacional mais denso (a vila) servindo como sede administrativa e local onde se realizam os serviços religiosos, comércio e vida recreativa. Com o mesmo termo - colônia - os imigrantes alemães e seus descendentes designavam a pequena propriedade agrícola de uma família. A palavra alemã **Stadplatz** significa, etimologicamente, lugar da cidade, embora a sede da colônia estivesse longe de ser um núcleo urbano." (SEYFERTH, 1974: 54).

excedente populacional, viam-se obrigados a procurar novos lotes em outras regiões (BRUM, 1985: 35 - 37).

Entre 1872 e 1890, a população do Rio Grande do Sul dobra, passando de 446.962 para 897.455 habitantes. O adensamento populacional torna-se um sério problema nas antigas áreas de colonização italiana e alemã e o processo repete-se com as famílias que migraram para as colônias novas no planalto. Se, por um lado, a alta densidade demográfica viabiliza o trabalho nas colônias, a escassez de terras férteis disponíveis aos colonos causa desestabilização social no Norte do Estado (RÜCKERT, 1997: 112 – 113).

Na região de Passo Fundo as primeiras colônias iniciam-se em 1910 e, até 1922, as principais já estão vendidas. As menores vão sendo instaladas ao longo dos anos, chegando-se em 1953 praticamente ao término da organização colonial estadual. Até 1969 ainda ocorreram medições em secções pequenas, mas não se altera o quadro basicamente consolidado até 1950 (RÜCKERT, 1997: 132 - 133).

Dessa maneira, pode-se afirmar que

“O processo de ocupação da área de mata no Rio Grande do Sul apresentou algumas características comuns muito importantes: a) a pequena propriedade que, com as partilhas por herança, deu origem ao minifúndio; b) a prática da policultura, com o cultivo de relativa variedade de produtos e a criação de animais (suínos, bovinos, etc.) e aves, destinadas ao abastecimento da família e à produção de excedentes para a comercialização; c) a utilização dos recursos naturais, ou seja, da fertilidade natural do solo e o uso da mão-de-obra direta dos membros da família”⁵.

A comercialização da produção excedente permitiu o surgimento, nessa área, de uma extensa classe média rural que passou a dispor de certo poder aquisitivo. Essa situação, por sua vez, estimulou o surgimento de atividades artesanais e de pequenas e médias indústrias, além de ativar o comércio (BRUM, 1985: 37).

Por outro lado, o fato de as famílias serem numerosas e as terras pequenas levou a uma intensa exploração do solo que resultou no esgotamento do mesmo. Além disso, a venda de produtos agrícolas a preços baixos e compra de bens vendidos no comércio a preços altos resultou na transferência de renda dos agricultores aos comerciantes. Tudo isso resultou em uma estagnação e mesmo declínio da agricultura tradicional. Situação que se agravou na década de 1960. É nesse contexto que a modernização da agricultura tem início no Planalto Gaúcho, após a Segunda Guerra Mundial (BRUM, 1985: 40).

⁵ BRUM, Argemiro J. Modernização da agricultura: trigo e soja. Ijuí, FIDENE, 1985, p. 37

1.1.3 A modernização da agricultura no Rio Grande do Sul

A industrialização da agricultura gerou sérias conseqüências sociais e ambientais. Nesse período de modernização do campo, também chamado de Revolução Verde⁶, foram instituídas

“linhas de crédito subsidiado para a agricultura e a extensão rural cobriu todos os estados da nação. Houve incentivo ao uso de máquinas e outros insumos modernos: adubos químicos, agrotóxicos e outros. Esse processo foi também um mecanismo de seleção. Os agricultores que não acompanharam a mudança tiveram que deixar o campo”⁷.

Ao contrário do que se pensava e idealizava, esse sistema de produção não contribuiu para amenizar o problema da fome. Essa prática agrícola busca a maximização produtiva por meio de insumos químicos. A pouca diversidade genética e a mecanização agrícola são constantes, transformando o solo em um substrato morto. Ligado a isso está a supervalorização dos conhecimentos acadêmicos, em detrimento dos saberes empíricos dos agricultores. (RAILDA, 2002: 57).

O processo de modernização da agricultura do Rio Grande do Sul e do Brasil teve início na Região do Planalto Gaúcho e enquadra-se na estratégia do capitalismo internacional pós-guerra, quando a dilatada indústria bélica converte-se em produção em massa de automóveis, máquinas e implementos agrícolas e, principalmente, em adubos sintéticos para a agricultura (ANJOS, 2003: 49). É um processo pelo qual a agricultura se internacionaliza, dando início ao desenvolvimento de complexos

⁶ A partir do final do século XIX e durante o século XX, surge a química orgânica como uma possibilidade de evitar que a terra ficasse esgotada com a prática da monocultura, e tem como pressuposto a idéia de que as limitações ecológicas eram superáveis através da tecnologia. Até então as inovações na agricultura limitavam-se a técnicas como rotação de culturas, integração entre atividades de produção vegetal e animal, que utilizavam as próprias leis da natureza. Com as inovações tecnológicas foi se perdendo esse bom senso, por achar que era possível resolver qualquer limite ecológico pelo conhecimento tecnológico. Esse processo teve seu ápice com a chamada Revolução Verde que obteve um grande aumento da produtividade entre 1950 e 1984, a partir disso, devido aos impactos ambientais, a produtividade começou a decair. Além dos problemas ambientais, no Brasil, essa modernização teve um caráter excludente, aumentando a concentração de riqueza e as desigualdades sociais. (ASSIS, ROMEIRO, 2002: 67 - 70)

⁷ PAULILO, Maria Ignez Silveira. Terra à vista... e ao longe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996. P. 113

agroindustriais⁸ sob o comando dos países centrais, principalmente dos Estados Unidos (BEUX, 2003:106).

A modernização da agricultura pode ser definida como o processo de mecanização, tecnificação e quimificação da lavoura, além de implicar na maior integração do produtor ao mercado. O objetivo da agricultura passa a ser o lucro e a produção destina-se, sobretudo, ao mercado, segmento onde quem controla a comercialização é que passa a ter atuação privilegiada. Na medida em que o processo de mecanização se estabelece a agricultura tende a se especializar, tendo sua produção reduzida a um ou dois produtos em cada região (BRUM, 1985: 93 - 94).

Anjos (2003: 50) caracteriza a monocultura como uma agricultura de base fordista que aumenta a produtividade às custas de uma intensa utilização de combustíveis fósseis e fontes não-renováveis de energia por um lado e, por outro, resulta em um abandono das formas tradicionais de produção, nas quais técnicas de trabalho eram fruto da experiência transmitida de uma geração para a seguinte e se baseavam no uso de insumos naturais, onde a principal preocupação era a alimentação da família (BRUM, 1985: 86).

A agricultura, enquanto setor produtivo, acabou por se “tornar uma atividade crescentemente empresarial, ao mesmo tempo em que se transforma num importante mercado para máquinas e insumos modernos produzidos pela indústria”⁹, além disso “os produtos agrícolas são cada vez mais industrializados antes de chegar ao consumidor e, de outro lado, a agricultura passa a consumir um volume cada vez maior de máquinas e insumos”¹⁰.

Dentre as razões que influenciaram a modernização da agricultura estão: 1) a elevação da produtividade do trabalho e a redução dos custos de produção, visando aumentar a taxa de lucro; 2) a necessidade de superar os conflitos entre o capital e o latifúndio, pois a modernização acabou trazendo à tona a questão da renda da terra¹¹; 3) a implantação de complexos agroindustriais (BRUM, 1985: 97 - 98).

⁸ Complexo agroindustrial é o processo de transformação que ocorreu na agricultura dentro do sistema econômico global. Caracteriza-se por um elevado grau de integração entre o conjunto de atividades econômicas, agrícolas, industriais, comerciais e financeiras (BEUX, 2003:106).

⁹ BRUM, Argemiro J. Modernização da agricultura: trigo e soja. Ijuí, FIDENE, 1985, p. 95

¹⁰ Ibidem., 1985, p. 97

¹¹ Para os latifundiários a terra era considerada uma reserva de capital, com o advento da modernização ela passa a ser vista como fator fundamental de produção, tornando gritante a diferença de renda entre o latifúndio e a propriedade rural modernizada. Dessa forma, o latifúndio passa a ser visto como atrasado e a empresa rural mecanizada como próspera (BRUM, 1985: 97 - 98).

A modernização da agricultura no Planalto Gaúcho pode ser dividida em três fases:

“a primeira, até o início da década de 70, centrada no trigo, tendo, a partir dos anos 60, a soja como lavoura secundária em crescente expansão e importância; a segunda, na década de 70, com ênfase para o período de 1972 a 1978, liderada pela soja, passando o trigo a uma posição secundária e declinante; a terceira, a partir de 1978/1979, em que se passou a buscar uma maior diversificação de culturas, diante da vulnerabilidade e dos riscos decorrentes do fato de basear a agricultura e, por conseqüência, a economia da região nos sucessos ou frustrações de apenas duas culturas – o binômio trigo-soja”¹².

Foi, portanto, nas décadas de 1950 e de 1960 que se concretizou a passagem do modelo de agricultura tradicional ao modelo mecanizado. O Estado, os granjeiros, as cooperativas, as agroindústrias e os comerciantes urbanos foram os agentes dessa modernização (BEUX, 2003: 105).

A primeira fase de modernização na agricultura do planalto gaúcho foi centralizada na produção de trigo. Dentre os fatores que contribuíram para a expansão dessa cultura estão: 1) a política governamental de buscar a auto-suficiência na produção desse cereal; 2) os interesses das corporações tradicionais de implantar os complexos agroindustriais em escala mundial; 3) a existência, na região, de terreno adequado para a implantação de lavouras mecanizadas, bem como de agricultores em situação favorável e dispostos a levar em frente esse empreendimento (BRUM, 1985: 117 - 118).

O cultivo do trigo no Estado teve início com os açorianos entre os anos de 1780 e 1820. No entanto, a praga da ferrugem e outras circunstâncias desfavoráveis acabaram com essa produção e os açorianos passaram a se dedicar à pecuária, como foi explicado no início do capítulo (BRUM, 1985: 119 - 120).

Posteriormente, a cultura foi retomada pelos imigrantes italianos com objetivo de subsistência. Essa produção era insuficiente para atender o consumo do país que, por conta disso, passou a importar o produto. Até o início do século XX, quando a população ainda era eminentemente rural, o consumo do trigo era pequeno, no entanto, com a urbanização o consumo desse cereal começou a crescer. Diante disso, o governo passou a incentivar a produção interna de trigo (BRUM, 1985: 119 - 120).

Entre essas políticas, uma das mais importantes foi a criação do Serviço de Expansão do Trigo (SET) que tinha a função de “centralizar e coordenar a política do

¹² BRUM, Argemiro J. Modernização da agricultura: trigo e soja. Ijuí, FIDENE, 1985, p. 116 - 117

trigo, bem como distribuir sementes, promover a criação de cooperativas e fiscalizar o comércio e a industrialização do cereal”¹³. Além disso, outras políticas de incentivo foram a isenção de impostos de fabricação, redução nas taxas de juros e aumento dos prazos para aquisição de máquinas agrícolas.

A política de crédito, institucionalizada em 1965, estava vinculada à utilização de insumos e práticas de interesse do Estado de forma que as agroindústrias foram um dos principais setores beneficiados da modernização agrícola. O sistema de crédito tornou-se, portanto, uma maneira de articular os interesses de uma camada de produtores rurais aos interesses da indústria em geral e da agroindústria (BEUX; TEDESCO, 2005: 66).

Os pequenos produtores vêm-se excluídos das políticas institucionais que beneficiam exclusivamente a grande exploração, fortalecendo os mecanismos para acentuar a concentração fundiária e dos recursos materiais. Dessa forma, persiste o êxodo rural e o processo migratório interno. Os conflitos de terras são freqüentes, como por exemplo, no caso da “intrusão”, situação na qual os agricultores expulsos das antigas colônias, por conta do excedente populacional, invadem terras de reservas indígenas. Esses conflitos se intensificam a partir da década de 1950 sem que os governos tomassem qualquer iniciativa mesmo que paliativa para esse problema social (ANJOS, 2003: 118).

Quem iniciou o cultivo do trigo no sistema de produção agrícola mecanizado, portanto, foram os granjeiros que não eram colonos (pequenos produtores dentro de um sistema tradicional de cultivo), nem fazendeiros ou estancieiros (grandes produtores dedicados à pecuária extensiva), mas sim produtores que investiam em implementos e máquinas agrícolas, utilizavam trabalhadores assalariados e se dedicavam ao cultivo em grande escala, exclusivamente para o mercado (BENETTI, 1992: 43).

Muitos granjeiros de trigo, antes de se lançarem à produção desse cereal, já possuíam um capital acumulado de outras atividades, outros eram médios agricultores que possuíam uma trajetória nesse tipo de produção. (BEUX; TEDESCO, 2005: 113).

A segunda etapa da modernização da agricultura no Planalto Gaúcho foi caracterizada pela produção de soja. Com as constantes frustrações na lavoura de trigo, a soja iniciou sua escalada como sustentáculo da economia regional. Alcançando bons preços ganhou rapidamente a adesão dos agricultores, o que resultou em uma

¹³ Ibidem., 1985, p. 120

monocultura que, por sua vez, causou diminuição dos produtos básicos à alimentação e danos à estrutura do solo (BEUX; TEDESCO, 2005: 115 -116).

Geralmente plantada na mesma terra do trigo, a soja incorporou o mesmo maquinário dessa cultura, e sua comercialização também era realizada pelas cooperativas tritícolas (BEUX; TEDESCO, 2005: 115 -116).

A produção do binômio trigo/soja, ao mesmo tempo em que possibilitou o estabelecimento de lavouras empresariais e de cooperativas também empresariais, colocou os granjeiros em situação de vulnerabilidade, além de diferenciar profundamente as categorias de produtores no meio rural (BEUX; TEDESCO, 2005: 115 -116).

Até aproximadamente 1978 a soja esteve em expansão, transformando os campos do Planalto Gaúcho em grandes áreas de monocultura. No entanto, a prosperidade dessa lavoura era mais aparente do que real, pois implicava em uma profunda dependência e vulnerabilidade em relação ao comércio exterior. Assim, quando em 1979 ocorre a crise dos preços do petróleo e a economia mundial entra em crise, agrava-se a situação no Brasil. Acentuou-se a queda dos preços dos produtos primários no mercado internacional ao mesmo tempo em que subiram os preços dos insumos modernos e dos juros bancários, resultando em um endividamento dos agricultores (BRUM, 1985: 130 - 131).

A terceira etapa da modernização surge, dentre outros fatores, diante da vulnerabilidade e dos riscos decorrentes do fato de basear a agricultura em um ou dois cultivos. Essa etapa é marcada pela introdução de propostas inovadoras, entre elas a idéia da agricultura como tendo um papel destacado na proteção do meio ambiente, o incentivo à diversificação da produção e da busca de alternativas diferentes como turismo, artesanato e beneficiamento de alimentos nas próprias unidades produtivas (ANJOS, 2003: 67).

Esse novo enfoque é alvo de conflitos constantes e sofre grande dificuldade de implementação. Por mais que as iniciativas individuais sejam significativas, a participação institucional é imprescindível do ponto de vista de disponibilizar infraestrutura, formação e orientação profissional para que essas propostas tenham um alcance prático. Além disso, muito agricultores empresários não estão dispostos a deixar seu posto de “produtores universais de alimentos” para se transformarem em “jardineiros da natureza” (ANJOS, 2003: 77). É importante lembrar também que essa

terceira fase faz parte da estratégia de modernização imposta pelo complexo financeiro-industrial das grandes corporações internacionais, com o apoio dos países centrais, da mesma forma que as outras etapas da modernização da agricultura (BRUM, 1985: 133).

De um modo geral, as conseqüências da modernização da agricultura são: o abandono das culturas tradicionais de subsistência e, conseqüentemente a fome e a desnutrição; a concentração da riqueza; o êxodo rural e o desemprego; os problemas ecológicos que colocam em risco o equilíbrio ambiental e a própria vida; e a dependência tanto na esfera econômica, quanto cultural (com a perda do conhecimento histórico das práticas agrícolas) e ambiental (com uma produção que exige cada vez mais um ambiente artificialmente criado, para que sejam mantidos os níveis de produtividade) (TEDESCO; VIEIRA, 2006: 29 - 30).

Por um lado, os granjeiros viam-se obrigados a aumentar cada vez mais sua produção, para poder concorrer em um mercado cada vez mais competitivo e, por outro lado, os trabalhadores agrícolas e pequenos proprietários passaram a procurar novas alternativas para se reproduzir no campo, quais sejam, trabalhar em outros ramos para complementar sua renda na propriedade ou aumentar a renda na própria propriedade, diversificando a produção ou agregando valor aos produtos produzidos.

Muitos pesquisadores interessados no tema da modernização agrícola acreditavam que a agricultura familiar iria gradativamente desaparecer. No entanto, diante de transformações no modo de produção bem como no modo de organização do trabalho, os agricultores familiares sempre encontraram alternativas para superar e resistir a situações extremamente desfavoráveis à sua reprodução.

1.2 Novas formas de organização do trabalho no campo como alternativas à agricultura familiar

1.2.1 Agricultura familiar e agricultura orgânica

Como resultado das transformações que vêm ocorrendo na agricultura, verificam-se diversas circunstâncias novas em que os agricultores familiares¹⁴ do Rio

¹⁴ Segundo Wanderley (1996: 2) O conceito de agricultura familiar pode ser definido genericamente como aquela em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e responsável pelo

Grande do Sul vêm se colocando ao longo dos anos. Apesar da crescente mercantilização, de uma concorrência cada vez mais acirrada e de políticas públicas voltadas aos interesses da grande agricultura, o estrato familiar no meio rural conseguiu criar respostas e alternativas para sua manutenção nesse ambiente nem sempre a seu favor (TEDESCO, 2006: 14).

Alguns produtores transformaram-se em agricultores profissionais (no sentido que a extensão rural dá ao termo), na medida em que incorporaram inovações tecnológicas que implicam em grande quantidade de capital. Como, por exemplo, nas culturas de arroz irrigado, soja e trigo. Outros, principalmente os produtores de aves, suínos, fumo, uva, pêssego, tomates, leite, etc., tornaram-se agricultores integrados à agroindústria, perdendo grande parte do poder de decisão sobre sua produção. Outros ainda passaram a trabalhar em serviços de transformação semi-industrial ou industrial, fenômeno conhecido como agricultura em tempo parcial (BRUMER, 2001: 227 - 228).

Tiveram outros casos em que, procurando a viabilização da unidade de produção familiar, os produtores buscaram alternativas tais como: melhoria dos sistemas de produção através da adoção de estufas, melhoria na apresentação dos produtos, utilização de métodos naturais, tais como a agricultura ecológica. Ou então a criação de atividades industriais e de serviços diferenciados na própria unidade de produção, tais como usinas de beneficiamento de produtos agropecuários ou turismo rural (BRUMER, 2001: 227 - 228).

Dados sobre a agricultura familiar revelam a grande importância desse setor tanto na economia em geral quanto na geração de emprego e renda no campo. Segundo pesquisa realizada em 2003/2004 pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), a pedido do Ministério do Desenvolvimento Agrário, este setor emprega 13 milhões (76,9%) da mão-de-obra do meio agrícola, com 87% de suas propriedades tendo área inferior a 50 ha. Além disso, produz 60% dos alimentos, dentre eles: milho, feijão, soja, trigo, arroz, mandioca, fumo, suínos, aves e leite (TEDESCO, 2006: 12).

A região de Passo Fundo, a partir da modernização da agricultura, se caracterizou pela monocultura de soja e pelo vínculo dos produtores desse cereal – chamados granjeiros – com processos agroindustriais. Dessa forma, falar em agricultura

trabalho no estabelecimento produtivo. Essa associação família – produção – trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como essa estrutura produtiva age social e economicamente. No entanto, é importante salientar que esse termo inclui situações muito variadas, ou seja, a agricultura familiar pode assumir formas sociais muito distintas no tempo e no espaço.

familiar não soava muito bem nesse contexto em que a representação do moderno e do grande produtor eram tão valorizados. No entanto, a partir da década de 1990, a produção diversificada para autoconsumo e venda no comércio local, bem como a produção agroecológica (a partir do final da década de 1990) passaram a ser implementadas na região. O que se configurou em uma nova opção para os agricultores familiares (TEDESCO, 2006: 14).

As formas alternativas de agricultura, (como a agroecologia¹⁵), somadas a formas alternativas de comércio (como as feiras) e de organização do trabalho no campo (como o associativismo), reduziram a marginalização provocada pela modernização da agricultura, transformando-se em uma forma de luta pela permanência no campo para esses agricultores familiares (TEDESCO; SILVA, 2006: 107).

É importante ressaltar que existe uma forte relação entre a produção orgânica e a agricultura familiar. Segundo Küster e Martí (2004:17), dados do jornal O Povo de 2003, apontam que 90% dos produtores orgânicos são pequenos produtores familiares e são responsáveis por cerca de 70% da produção orgânica nacional.

O crescimento do consumo de produtos orgânicos é bastante visível no mundo todo, atraindo novos produtores. Esse processo de produção e consumo ganha dinamismo através do desenvolvimento de uma consciência social, ambiental e cultural que tem ganhado destaque nos últimos anos (TEDESCO; VIEIRA; SILVA, 2006: 43 – 44).

Uma das dimensões da agroecologia é a valorização das interações sociais. Portanto, existe uma estreita ligação entre associações de famílias, ou criações de cooperativas e a agroecologia. Por outro lado, os agricultores que – seja por motivos econômicos, ou por princípios ecológicos – tentam implementar uma forma de

¹⁵ A agroecologia é uma ciência que se desenvolveu a partir dos anos 70 buscando uma base teórica para as correntes que existiam desde 1920. É importante esclarecer que a agroecologia não é uma prática agrícola e, sim, um ramo da ciência que procura entender agroecossistemas complexos, buscando a conservação e ampliação da biodiversidade, tendo como base a sustentabilidade. Além disso, procura a maior independência possível no uso de insumos externos (ASSIS; ROMEIRO, 2002: 72). Parte do princípio de que os ecossistemas agrícolas são unidades fundamentais do estudo, por isso os ciclos naturais, transformações de energia, processos biológicos e relações socioeconômicas são analisados conjuntamente. É um enfoque mais sensível às complexidades das agriculturas locais, preocupa-se com a sustentabilidade, a segurança alimentar, a estabilidade biológica, a conservação dos recursos, a equidade e a busca de uma maior produção (OTRAMARI; ZOLDAN; ALTMANN, 2005: 8).

A agricultura orgânica, por sua vez, é um sistema de produção que se baseia na utilização de tecnologias que respeitem a natureza para manter o equilíbrio do meio ambiente, ela é diferente da agroecologia, que é uma ciência. Outro ponto que diferencia a agricultura orgânica da agroecologia é que a primeira, como prática agrícola, enfrenta problemas de encaminhamento tecnológico e de inserção no mercado, podendo ser mais ou menos fiel aos princípios da agroecologia (OTRAMARI; ZOLDAN; ALTMANN, 2005: 8).

agricultura ecológica, sentem a necessidade de agirem coletivamente (HAYGERT; DICKIE, 2004: 121 - 125).

Isso porque a produção ecológica é vista pelos agricultores como arriscada até que esteja bem consolidada, pois esse tipo de produção leva mais tempo do que a tradicional, que acelera o processo produtivo por meio de insumos químicos sintéticos (HAYGERT; DICKIE, 2004: 121 - 125).

Ou seja, a ação coletiva é utilizada pelos agricultores familiares como meio de enfrentamento às dificuldades da implementação de novas práticas agrícolas. Essa ação coletiva é o que permite potencializar os recursos humanos, naturais e materiais disponíveis, possibilitando a passagem para estágios mais avançados de sustentabilidade (COSTABEBER; MOYANO, 2000).

1.2.2 O associativismo no Rio Grande do Sul: cooperativismo empresarial e economia solidária

O cooperativismo no Rio Grande do Sul é dominado pelas chamadas “cooperativas empresariais”. Esse tipo de cooperativismo foi, ao mesmo tempo, consequência e suporte da modernização da agricultura no Rio Grande do Sul.

O desenvolvimento do cooperativismo gaúcho é resultado da política estatal de estímulo ao setor e da disponibilidade e interesse de alguns produtores se auto-organizarem. O interesse do Estado nesses empreendimentos era consequência de sua política de substituição das importações de trigo e de desenvolvimento da triticultura nacional (BENETTI, 1992: 41).

A cooperativa, ao centralizar a produção do cereal, reduzia os gastos tanto de circulação de produção, quanto administrativos e de estrutura, além de facilitar a comercialização, visto que era muito mais fácil negociar com uma cooperativa do que com vários agricultores dispersos (BENETTI, 1992: 42).

Uma das estratégias adotadas pelo estado para incentivar os agricultores a unirem-se em associações foi a de repassar as unidades armazenadoras de produção, que seriam construídas pela Comissão de Organização da Triticultura Nacional (COTRIN), somente para as cooperativas. Diante disso, agricultores que não tinham onde estocar sua produção e também não possuíam recursos para construir empreendimentos desse

porte, cederam facilmente à idéia se organizarem em cooperativas (BENETTI, 1992: 42).

Os agricultores protagonistas desse cooperativismo eram os granjeiros que, como já foi explicado anteriormente, não eram colonos nem fazendeiros ou estancieiros. Eram os produtores completamente inseridos na modernização agrícola, que se dedicam ao cultivo em grande escala para o mercado (BENETTI, 1992: 43 - 44).

Os dirigentes dessas cooperativas tinham um objetivo claro: o fortalecimento da cooperativa para que esta se constituísse em um empreendimento economicamente eficiente e poderoso (BENETTI, 1992: 43 - 44).

Diante da história e das características do cooperativismo empresarial gaúcho não é difícil perceber o quanto essas associações se distanciam dos princípios idealizados pelos precursores do movimento cooperativista.

As primeiras cooperativas surgiram na Europa, na primeira metade do século XVIII, e foi lá também que se iniciaram os debates sobre o cooperativismo, avaliando seus limites e suas especificidades. Os pioneiros do pensamento cooperativista foram os socialistas utópicos, que acreditavam na criação de sociedades cooperativas para enfrentar a exploração capitalista (CHAVES, 2008: 4-5).

Os princípios cooperativistas foram criados em 1844 pelos tecelões de Rochdale e são a base do pensamento cooperativista até hoje. Praticamente todas as correntes de pensamento, para caracterizar uma cooperativa, baseiam-se em tais princípios (MARCHIORO, 1990: 22-23).

Os tecelões de Rochdale eram provenientes de outros movimentos: ownista, militância cartista, movimentos religiosos e sindicais, greves de 1842 – 1844. Com a derrota do movimento grevista resolveram fundar uma loja cooperativa. Rochdale foi criada em 1844 por 28 trabalhadores, em 1860 já contava com 3.450 sócios. Esses pioneiros articularam uma série de princípios que eram a base do funcionamento da cooperativa. São eles: a) controle democrático, um sócio, um voto; b) adesão aberta de novos membros com os mesmos direitos dos antigos; c) juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito; d) distribuição de parte do excedente proporcional às compras; e) vendas à vista, sem crediário; f) vendas só de produtos puros, não adulterados; g) neutralidade política e religiosa (RIQUE: 2008).

A definição de cooperativa, reelaborada em 1995 no Congresso Mundial da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em Manchester/Inglaterra, afirma que ela

deve ser uma associação autônoma de pessoas que se unam voluntariamente, tendo como objetivos atender suas necessidades econômicas, sociais e culturais, por meio de uma empresa coletiva e democraticamente gerida (SHIMIDT; PERIUS, 2003: 63).

Apesar visibilidade das grandes cooperativas, surgiram no Estado também pequenas cooperativas e associações que são considerados empreendimentos de economia solidária. As pessoas empobrecidas e excluídas do mercado de trabalho, através de suas próprias iniciativas, recursos e forças unem-se em associações coletivas ou comunitárias em defesa de seus interesses como moradores, consumidores, cidadãos ou trabalhadores. Essas experiências se constituem em alternativas reais de desenvolvimento, onde o trabalho assume uma posição central (CULTI, 2002: 3 – 4).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária, através do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), realizou um levantamento desses empreendimentos em todo o país. Segundo os Relatórios SIES 2005/2007, na década atual, no Rio Grande do Sul, houve a instalação de 1024 novos estabelecimentos, resultando hoje em um total de 2076. Ou seja, houve um significativo crescimento desse setor no Estado (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2005/2007).

Apesar de o conceito de economia solidária abranger mais do que apenas pequenas cooperativas e associações agrícolas, entre as 20 atividades econômicas que mais aparecem nos empreendimentos, os serviços relacionados com a agricultura estão em primeiro lugar, correspondendo a 303 estabelecimentos (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2005/2007).

A Coopervita não condiz com as características percebidas no cooperativismo empresarial. Ao contrário, seus princípios e ações aproximam-se muito mais do que hoje é teoricamente considerado economia solidária.

Seu caráter de cooperativa pode ser percebido através de frases encontradas em documentos oficiais, tais como:

“Do ponto de vista econômico, somos uma empresa coletiva de pessoas e capital, onde o controle, a gestão, o trabalho, a riqueza e a direção do processo de desenvolvimento estratégico, estejam sob absoluto poder (controle) dos associados. Defendemos a democracia como um fator de participação de todos na determinação das estratégias a serem seguidas pelo grupo todo, no planejamento, na definição de metas, na construção coletiva da cooperativa (...). **Não queremos uma empresa bem sucedida financeiramente. Queremos sim, um coletivo organicamente sólido, democrático, propriedades bem estruturadas, melhores condições de vida para as famílias.**”¹⁶ (COOPERVITA, arquivo interno).

¹⁶ Grifos meus.

Ou seja, enquanto as cooperativas empresariais têm como principal preocupação sua inserção no mercado capitalista e seu sucesso como empresas, a cooperativa em questão preocupa-se com a qualidade de vida de seus sócios e da comunidade, tendo sido idealizada justamente como uma forma de “defesa” contra a exploração desse mercado.

Segundo Lechat et all. (2007: 181), as cooperativas são consideradas empreendimentos de economia solidária principalmente no meio rural, visto que possuem um diferencial em relação às cooperativas empresariais. Além de serem menores e terem como sócios apenas agricultores familiares, são menos burocratizadas e permitem que os associados sejam parte efetiva na tomada de decisões.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) define que podem ser considerados empreendimentos de economia solidária

“organizações coletivas, de caráter permanente, que podem dispor ou não de registro legal, realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de comercialização, de consumo e autoconsumo, de fundos de crédito, formadas por trabalhadores/as ou famílias de trabalhadores que são, na sua quase totalidade, proprietários/as ou co-proprietários/as, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados, podendo ainda ser organizações econômicas simples ou complexas”¹⁷.

A economia solidária se contrapõe ao modo de desenvolvimento capitalista buscando a emancipação e melhoria de vida dos trabalhadores através do empoderamento deles mesmos, buscando uma alternativa econômica embasada em relações sociais de produção autogestionárias, democráticas e solidárias. Mesmo que seja necessária a lucratividade, a peculiaridade dessas organizações está em se inserir no mercado sem se submeter à busca do lucro a qualquer preço (LECHAT et all., 2007: 176 – 177).

¹⁷ LECHAT, Noëlle M. P, RITTER, Carolina, LEMES, Fábio R. M., SCHIRMER, Tiago. Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre. v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007. Pgs.: 175 - . p.: 177. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/2042/1543>. Acesso em: 28/04/09.

2. Segundo Capítulo

2.1 A questão de gênero

O conceito de gênero nos permite problematizar as diferenças construídas socialmente entre homens e mulheres que são, muitas vezes, naturalizadas. Enquanto a categoria “sexo” refere-se às características biológicas associadas ao homem e à mulher, herdadas, a categoria “gênero” refere-se a características socialmente construídas, que por motivos políticos, econômicos, culturais e sociais, atribui papéis diferentes aos homens e mulheres (BRUMER; PAULILO, 2004:171).

Diferentes abordagens interpretam de maneiras contraditórias a questão de sexo e gênero, Giddens (2005: 103 - 106) destaca três delas.

A primeira sustenta que os aspectos biológicos são responsáveis por diferenças de comportamento entre homens e mulheres. Essas diferenças, portanto, seriam inatas. Esses argumentos não têm muita credibilidade, uma vez que diversas pesquisas buscaram identificar os mecanismos que ligam essas características biológicas aos comportamentos sociais e não tiveram grande sucesso.

A segunda abordagem, que é utilizada nessa pesquisa, traz a noção de que as diferenças de gênero não são biologicamente determinadas, mas sim culturalmente produzidas. Ou seja, a criança nasce com o sexo biológico e desenvolve o gênero social.

Uma terceira alega que tanto o sexo quanto o gênero são socialmente construídos. Segundo o autor, “o próprio corpo humano está sujeito a forças sociais que o moldam e alteram de várias formas”¹⁸.

Sendo uma construção social, as relações entre homens e mulheres podem, portanto, ser desconstruídas. A primeira desconstrução deve ser em relação à lógica dicotômica que sustenta a oposição binária masculino/feminino, que faz surgir outros conceitos antagônicos como produção/reprodução, razão/sentimento, público/privado (BONI, 2005: 51). “A diferença biológica entre masculino e feminino surge para justificar a diferença socialmente construída entre os sexos”¹⁹. Bourdieu (1995: 8, 111) compara esse sexismo a outros essencialismos como o de raça, de etnia, etc., que

¹⁸ GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 106.

¹⁹ BONI, Valdete. Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares – um estudo da Região Oeste de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia Política/UFSC. Florianópolis: 2005, p. 51.

utilizam características biológicas para servir de justificativa a diferenças provenientes do social. “Esse essencialismo é muito difícil de desarraigar, visto todo um trabalho milenar de socialização do biológico e de biologização do social”²⁰.

Essa construção social tem raízes profundas, visto que ao longo dos anos vai se construindo uma imagem da mulher como um ser ao mesmo tempo perigoso e inferior, tornando-se, dessa forma, moral e socialmente perigosa. Por isso deveria ser submetida a um conjunto de normas rígidas que assegurassem seu papel de mãe e esposa, em uma espécie de vitória do bem sobre o mal. Todas essas idéias criaram imaginários sociais e representações que tiveram grande materialidade. Essa simbologia está sendo combatida duramente, visto que não é fácil romper com um ideário tão bem arraigado como esse (MACIEL, 2005: 118).

Segundo Bourdieu (1995: 51 - 52), mesmo que os impedimentos e regras oficiais já não existam mais ficam as proibições que, de tão fortemente inculcadas, já fazem parte dos corpos, ambientes e práticas cotidianas.

Para Scott, além de afirmar que as relações entre os sexos são construídas socialmente, é importante enfatizar que essa construção social está articulada com a noção de poder:

“o núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1994 *apud* SIQUEIRA, 2008: 114-115)”.

Giddens (2005: 107) enfatiza esse aspecto afirmando que em praticamente todas as sociedades o gênero é uma forma de estratificação social. Isso porque ele influencia profundamente os papéis que os indivíduos desempenham nos grupos. Embora esses papéis variem de uma cultura para outra, não há nenhuma sociedade conhecida em que as mulheres sejam mais poderosas do que os homens.

Para as feministas radicais, a subordinação das mulheres é causada principalmente pelo sistema de patriarcado, e a igualdade de gênero somente será alcançada com a deposição desse sistema (GIDDENS, 2005: 109).

Segundo Walby existem duas formas distintas de patriarcado: o privado, que é a dominação das mulheres dentro do núcleo familiar, através do qual elas são privadas de participar da vida pública. E o público que, mesmo com o envolvimento das mulheres

²⁰ Ibidem., p. 51

na vida pública, faz com que continuem segregadas da herança, do poder e do status. Ou seja, se antes a opressão a mulher situava-se apenas dentro do lar, hoje, com a participação das mulheres na vida pública, a opressão estendeu-se também para essa esfera (GIDDENS, 2005: 110).

O patriarcado seria responsável ainda pela situação subalterna das mulheres no mercado de trabalho. Pois mesmo que tenham adquirido as habilidades necessárias para se inserir no mercado capitalista com competitividade, elas sofrem discriminação salarial pelo simples fato de serem mulheres (MACIEL, 2005: 132).

A ideologia do patriarcado fez com que se achasse natural o lugar da mulher na esfera doméstica, já que ela seria incapaz de exercer determinadas atividades profissionais ou que certas atividades não lhe seriam adequadas, sob o risco de não poderem cumprir devidamente as atividades domésticas ou vice-versa (MACIEL, 2005: 132).

Nem todas as feministas atribuem ao patriarcado a responsabilidade pela subordinação feminina. As feministas socialistas atribuem mais peso ao sistema capitalista. Segundo essa percepção, a subordinação das mulheres não pode ser analisada sem levar em conta a exploração capitalista (CARRASCO, 2005: 9).

A inferioridade das mulheres no mercado de trabalho é vista habitualmente como resultado dos interesses individuais, limitações e características das próprias mulheres. No entanto, através de uma análise mais minuciosa, percebe-se que essa situação é consequência de um conjunto de forças estruturais tanto do sistema capitalista quanto da dominação patriarcal (MACIEL, 2005: 133).

2.1.1 Trabalho Produtivo x Trabalho Reprodutivo

Assim como as relações entre homens e mulheres, a divisão do trabalho também é socialmente construída. Desde o século XIX, com o advento da industrialização e da modernização, existe uma espécie de “contrato social” que separa as esferas produtiva-pública e reprodutiva-doméstica, cabendo aos homens a primeira e às mulheres a segunda. Essa divisão estrutural do trabalho tem decisiva influência nos papéis e hierarquias de gênero na sociedade. A partir disso o trabalho remunerado adquire diferentes “pesos”: para os homens é considerado um dever, para as mulheres apenas

um direito, pois seu dever real é o cuidado da família e dos filhos (CAMARERO et alli, 2005: 22).

É importante salientar que nas sociedades pré-industriais já existia a divisão sexual do trabalho, sendo o trabalho doméstico responsabilidade das mulheres. O surgimento do capitalismo, portanto, encontrou-as em uma situação de vulnerabilidade e inferioridade, alocando-a em empregos de baixo salário e de longas jornadas. Como seu trabalho era, tradicionalmente, o cuidado da casa e dos filhos, o lar foi se consolidando como seu trabalho por excelência, sendo que seu afastamento dele só se daria por conta de necessidades financeiras (PAULILO, 2004: 243).

O capitalismo, além de separar os meio de produção da força de trabalho e o espaço doméstico do espaço de produção, tentou subordinar a sociedade ao mercado. Assim, o único trabalho que passou a ser reconhecido como produtivo e a ser remunerado era aquele despendido nas atividades consideradas econômicas (PAULILO, 2004: 243).

Ao mesmo tempo em que ocorria a primeira onda do feminismo no século XIX, as feministas já começam a se preocupar com a questão do direito das mulheres terem um emprego e das desigualdades salariais e trabalhistas entre os sexos. A partir dos anos 1960, tem início a chamada economia feminista, que critica a maneira de analisar a situação sócio-econômica das mulheres dos paradigmas neoclássico e marxista (CARRASCO, 2005:1).

A economia neoclássica é criticada por justificar e reforçar os papéis tradicionais dos sexos. Já o marxismo é criticado por suas noções supostamente neutras quando ao gênero (CARRASCO, 2005: 1 - 2).

A economia feminista reprova o viés androcêntrico da economia, que omite e exclui de suas análises as mulheres e a atividade fundamental que estas realizam, não conseguindo, dessa forma, analisar as restrições e especificidades vivenciadas por elas (CARRASCO, 2005: 2).

Segundo Carrasco (2003: 15-16), uma dessas economistas, o trabalho doméstico e de cuidado das pessoas do lar têm peculiaridades em relação ao trabalho remunerado, não sendo substituível por este, porque implica relações de afetividade dificilmente separáveis da própria atividade. Embora seja fundamental para a manutenção da sociedade, esse trabalho é usualmente esquecido nos estudos econômicos, revelando que as atividades de reprodução não desfrutam do mesmo reconhecimento das de produção,

existindo entre elas um forte componente hierárquico, resultado de uma longa tradição patriarcal.

Para a economia oficial a sustentabilidade da vida é geralmente considerada uma “externalidade” do sistema econômico. A família é vista como algo que evolui independente da economia. No entanto, ainda que as sociedades tentem diversos mecanismos para cobrir as necessidades das pessoas, os processos de reprodução e a sustentabilidade da vida têm sido resolvidos sempre a partir dos lares e sob responsabilidade das mulheres (CARRASCO, 2003: 12-13).

Nos últimos anos do século XX o modelo familiar em que o homem era o principal provedor da família sofre modificações. No entanto, a entrada da mulher no mercado de trabalho não muda seu papel no trabalho familiar. A divisão sexual do trabalho não sofre grandes modificações e os efeitos dessa nova situação têm sido assumidos pelas próprias mulheres. A sociedade continua estruturada como se o modelo de família tradicional estivesse mantido: um homem provedor e uma mulher com tempo integral para cuidar da casa e da família. Se essa mulher precisar ou quiser se incorporar no mercado de trabalho será sua responsabilidade arcar com todos os encargos do lar e da organização familiar. O homem mantém seu papel praticamente intacto, sua participação no lar aumenta muito pouco em algumas tarefas específicas e é vista apenas como ajuda, não como uma responsabilidade compartilhada (CARRASCO, 2003: 24-25).

A mulher assume um duplo papel: o familiar e o do trabalho fora do lar. Entre as alternativas para enfrentar essa nova realidade estão a redução do trabalho doméstico (diminuindo a quantidade de filhos, por exemplo); a organização do trabalho de cuidados; e formas alternativas de se integrar no mercado de trabalho (CARRASCO, 2003: 26). Dessa forma:

“o sistema predominante de gênero se baseia, em grande parte, na flexibilidade e capacidade de adaptação das mulheres. No meio familiar, as mulheres asseguram a sobrevivência da família apesar dos custos que isso significa em termos de comodidade pessoal; por outro lado, a maioria dos homens não varia muito seu modo de comportamento ou de consumo em períodos de crise. Paralelamente, por contar com esse compromisso das mulheres com suas famílias, o Estado frequentemente resolve seus problemas de orçamento no âmbito das políticas sociais com uma redução de seu apoio às unidades familiares. Nos dois casos, se conta com a capacidade das mulheres de aproveitar o máximo possível os recursos, suas energias, e seu tempo para

contribuir com o bem-estar dos demais”²¹. (ALMÉRAS, 1997 *apud* BATTHYÁNY, 2004: 53)

Por ter que arcar com a maior parte do trabalho de reprodução, as mulheres têm menores chances de conseguir bons empregos ou construir boas carreiras profissionais. Em decorrência disso verifica-se que a taxa de pobreza das mulheres é muito maior do que a dos homens.

“Dados oficiais apresentados na Segunda Conferência da ONU sobre a Mulher, realizada em Copenhague em 1980, mostram as mulheres como cerca de metade da população mundial, um terço da força de trabalho oficial e responsáveis por dois terços do trabalho realizado, mas sendo beneficiárias de apenas um décimo da renda produtiva e de 1% da propriedade rural”²².

Segundo Carrasco (2003, 30 – 31), normalmente o uso do tempo para pessoas em idade ativa pode ser dividido em cinco categorias: tempo de necessidades pessoais, tempo de trabalho de mercado, tempo de participação cidadã e tempo de ócio. O tempo de necessidades pessoais é bastante rígido (dormir, higiene pessoal, etc.) e dificilmente pode ser diminuído. O tempo de ócio é muito flexível sendo geralmente utilizado como “variável de ajuste” do tempo de trabalho familiar doméstico.

O tempo de participação cidadã (associações, partidos políticos, trabalho voluntário) também é flexível, sendo que as mulheres acabam participando menos dessas atividades, visto que é o primeiro a ser reduzido quando assumem responsabilidades de cuidados.

2.2 Realidades (e desigualdades) de gênero na agricultura familiar

No caso da agricultura familiar a unidade de produção é também a unidade de consumo. Assim, sua atividade econômica é baseada não só no rendimento, mas também nas necessidades da família: “há um entrelaçamento das dimensões da produção e da reprodução”²³. Nesse contexto, a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo torna-se ainda mais difícil de ser visualizada e ocorre uma dupla desvalorização do trabalho da mulher: quando ela realiza alguma atividade relacionada

²¹ Tradução própria.

²² PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: Revista de Estudos Feministas. V. 7, Nº. 12. Florianópolis: UFSC. 2004, p. 244.

²³ DESER-CEMTR/PR. Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. Curitiba – PR, 1996.

à produção está apenas ajudando, mesmo quando seu tempo de trabalho nessas atividades não é menor que o tempo dedicado pelos homens. E quando a atividade realizada é de reprodução, ela não é valorizada, pois o que conta são apenas as atividades remuneradas (DESER-CEMTR/PR, 1996: 17-18).

Na agricultura familiar a participação dos membros da família no trabalho se dá de acordo com a idade e o sexo, distribuindo-se conforme as necessidades anuais, bem como de acordo com os ciclos de desenvolvimento da família, propiciando uma divisão naturalizada do trabalho (DE GRANDI, 2003: 39).

Uma das imagens equivocadas que se tem da família na agricultura familiar é a de que esta teria um comportamento unificado e seria um núcleo unido em torno de um mesmo objetivo, sem conflitos de gênero e geração (DE GRANDI, 2003: 44). Esse tipo de ideologia acaba por invisibilizar as relações de poder existentes na família.

Na maioria das propriedades a organização da família é patriarcal, cabendo ao pai administrar a propriedade bem como tomar as decisões que nem os filhos nem a esposa têm autoridade para contestar. Existem, portanto, condicionamentos culturais que determinam a posição (e o poder) de cada indivíduo na propriedade e na família (DE GRANDI, 2003: 40).

O trabalho da mulher fora do lar é principalmente: trabalho manual, sobretudo durante a colheita; processamento de alimentos; cuidado de animais; horta (geralmente doméstica). Essas são atividades que exigem qualidades culturalmente associadas às mulheres, como a capacidade de executar tarefas repetitivas, a disponibilidade em envolver-se em trabalhos temporários, a possibilidade de encaixar o trabalho com suas responsabilidades na esfera reprodutiva, aceitação de uma remuneração inferior à dos homens, maior docilidade, o que implicaria em aceitar as exigências do trabalho e em não reivindicar (BRUMER, 1996: 50 – 51).

Geralmente, considera-se que cabe ao homem executar os trabalhos *pesados*, enquanto as mulheres ficariam com o trabalho *leve*. Contudo, essa categorização é culturalmente determinada. As mulheres realizam tanto os trabalhos *leves* quanto os *pesados* (como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas, ou buscar água em lugares distantes da residência). Conclui-se, dessa maneira, que um trabalho é considerado leve pelo status da pessoa que o executa na hierarquia familiar e não por suas características (PAULILO, 1987: 70).

Algumas pesquisas indicam que mesmo em novas formas de organização do trabalho no campo, como no trabalho em agroindústrias de pequeno porte, essa situação não se modifica. Nesses casos, muitos produtos antes destinados apenas para o consumo da família passam a ter valor comercial. Essa proximidade entre o trabalho produtivo e reprodutivo acaba por confundi-los, fazendo com que as tarefas executadas para a agroindústria se tornem uma extensão do trabalho doméstico e sejam, por isso, desvalorizadas (BONI, 2005:2-3).

A mulher também é excluída no que diz respeito ao uso da tecnologia. Geralmente quando um trabalho realizado manualmente pela mulher passa a ser mecanizado quem o assume é o homem. Isso não ocorre pelo fato de as mulheres não gostarem de *mexer com máquinas*, mas sim pelo fato de os cursos de capacitação técnica serem voltados aos homens, bem como outros recursos, entre eles financiamentos, crédito, etc. Quando as mulheres participam de algum tipo de curso, na maioria das vezes, eles reforçam os papéis femininos, ou seja, são cursos de beneficiamento artesanal de produtos agropecuários, de floricultura, panificação e confeitaria, etc. (DE GRANDI, 2003: 40 - 41).

Além disso, as oportunidades de trabalho das mulheres rurais são condicionadas pela rigidez do trabalho reprodutivo (CAMARERO et alli, 2005: 25). Segundo Boni (2005: 52), para que a mulher consiga participar do espaço público que tradicionalmente é um espaço masculino, é necessário que haja uma reorganização das tarefas executadas no espaço privado, com uma maior participação do marido e dos filhos. Como já foi explicado anteriormente, mesmo que a mulher não seja mais uma dona de casa em tempo integral, o papel dos maridos pouco se modificou em relação ao trabalho doméstico, resultando na sobrecarga do trabalho das mulheres.

No que diz respeito ao trabalho doméstico, são as mulheres que o executam praticamente sozinhas, sendo frequentemente auxiliadas ou substituídas pelas filhas quando têm outras atividades. Essa é a esfera onde a mulher tem certa autonomia e poder, gerenciando o uso dos recursos disponíveis. É importante salientar que o poder nessa esfera não significa um empoderamento, pois as atividades domésticas são consideradas como secundárias em relação às atividades produtivas (BRUMER, 2004: 212).

A administração da renda também é responsabilidade masculina. A participação da mulher é significativa nessa tarefa apenas quando se trata das despesas destinadas ao

consumo doméstico ou referentes ao atendimento de necessidades individuais de consumo (médico, estudo dos filhos, etc.). Se existem recursos excedentes os homens é que os administram. Geralmente, nem os jovens nem as mulheres têm uma renda própria. Nos casos em que as mulheres têm renda, o que se verifica é que os excedentes são gastos de maneiras distintas: enquanto eles privilegiam o consumo individual, elas preocupam-se com as despesas da casa e com o bem-estar dos membros da família (BRUMER, 2004: 213).

Em resumo, a subordinação da mulher agricultora rural é evidenciada pela invisibilidade das tarefas por elas executadas na esfera produtiva, consideradas apenas como ajuda, bem como a desvalorização das tarefas na esfera reprodutiva. Além disso, elas não detêm o conhecimento tecnológico, muitas vezes necessário para o gerenciamento do estabelecimento e não administram os recursos originados com a venda da produção (BRUMER, 2004: 211).

A discussão sobre as relações de gênero na agricultura permite que seja questionada a identidade da mulher rural, para que essa não fique mais centrada exclusivamente nos papéis de mãe e esposa, mas sim nos de trabalhadora rural, conferindo visibilidade à sua participação na produção (PASTORE, 2005: 150).

2.3 Possibilidades de transformação das relações de gênero através de novas formas de organização do trabalho no campo.

2.3.1 Empoderamento da mulher

O empoderamento, para as feministas, é a transformação das relações de gênero, sendo, portanto, um pré-requisito para a obtenção de igualdade entre homens e mulheres (DEERE; LÉON, 2002: 52).

No documento preparado por acadêmicas e feministas para a Terceira Conferência sobre a Mulher da ONU, o empoderamento é visto como base para gerar uma visão alternativa por parte da mulher, e para que essas visões se concretizem. Para isso, os espaços democráticos e participativos e a organização das mulheres seriam as condições prévias (DEERE; LÉON, 2002: 53).

O conceito de empoderamento vem da palavra “poder”, este é tanto uma forma de opressão como uma forma de emancipação. Por entender, por muito tempo, que a única forma de poder era a de opressão é que as feministas latino-americanas ignoraram essa discussão. Quando se iniciou um reconhecimento de formas positivas de poder: “poder para”, “poder com” e “poder dentro de”²⁴ é que se começou a ver o poder como uma possibilidade de ações sem dominação. Se, por um lado, o empoderamento da mulher pode levar a conflitos familiares, por outro, poderia liberar e empoderar o homem material e psicologicamente, isso porque a mulher passaria a dividir responsabilidades que anteriormente eram masculinas (DEERE; LÉON, 2002: 54 - 55).

A questão é: como seria possível chegar ao empoderamento? Segundo as autoras:

“O empoderamento deve ser induzido primeiro por uma consciência da discriminação de gênero. Isto exige que a mulher mude a autopercepção negativa, assim como suas crenças relativas a seus direitos e capacidades. Facilitar as condições para encorajar essas mudanças é o papel de agentes externos. Porém, como é possível que uma pessoa empodere outra? Esta noção discorda do próprio conceito de empoderamento? Estas não são questões simples”.²⁵

A relevância dessa questão pode ser percebida pelo fato da dificuldade que as mulheres encontram para ocuparem cargos de diretoria e administração. Além da sobrecarga de trabalho analisada anteriormente, existem outros impedimentos que não são explícitos, por exemplo, muitas mulheres se sentem inibidas ou não preparadas para assumir esses cargos, por conta de toda uma educação voltada somente para a família e para a vida privada. Além disso, segundo Paulilo

“Apesar da construção da igualdade passar pela idéia de que ‘todos devem fazer de tudo’, as mulheres são muito cobradas se não conseguirem ‘se impor’, se não ‘se desafiam’ enquanto o fato dos homens não dividirem o trabalho doméstico é um pecado menor, tão leve quanto risível”²⁶.

Dessa maneira, é importante refletir até que ponto a participação das mulheres no trabalho produtivo significa realmente um empoderamento. Quais são as

²⁴ “Jo Rowlands (1997: 218-223) diferencia 4 tipos de poder: *poder sobre*, *poder para*, *poder com* e *poder de dentro*. “poder sobre” representa a estaca zero de um jogo: o aumento no poder de alguém significa uma perda de poder para outra pessoa. Por outro lado, as outras 3 formas – poder para, poder com e poder de dentro – são todas positivas e aditivas: um aumento no poder de uma pessoa aumenta o poder total disponível ou o poder de todos” (DEERE; LÉON, 2002: 53).

²⁵ DEERE, Carmem Diana, LÉON, Magdalena. O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

²⁶ PAULILO. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: Revista de Estudos Feministas. V. 7, Nº. 12. Florianópolis: UFSC. 2004, p. 248

possibilidades e os entraves que estão sendo criados com essa situação e de que forma isso pode ser encarado.

2.3.2 Rupturas ou continuidades

A agrobiodiversidade e a agroecologia somadas a formas alternativas de produção e comércio, como o associativismo e a organização de feiras, são bastante significativas na agricultura familiar. Essas novas formas de organização do trabalho no campo produzem e transformam significados, valores e saberes (TEDESCO; PASTORE; MACIEL, 2006: 143 - 144).

O espaço da produção diversificada e agroecológica é o local de domínio do conhecimento das mulheres devido ao seu papel de alimentar e cuidar da saúde da família, tendo em vista os papéis culturalmente atribuídos a elas. Em decorrência desse conhecimento, a intervenção feminina nesses processos é necessária. Dessa forma, embora em alguns casos de maneira bem incipiente, as mulheres passam a influenciar nos espaços familiares, adquirindo voz nas tomadas de decisões e vendo seu trabalho mais valorizado (TEDESCO; PASTORE; MACIEL, 2006: 155). Em outras palavras, ao optar pela mudança do sistema produtivo, passa-se a investir num espaço que antes era essencialmente feminino, agregando valor econômico a essas atividades antes consideradas improdutivas (PASTORE, 2004: 159). Além disso,

“a agricultura ecológica *potencializa* maior espaço de adensamento societário para o conjunto dos membros da unidade familiar no interior e fora do estabelecimento agrícola, no qual a participação em novas atividades de formação, informação e articulação possibilitam, no caso específico das mulheres, integrar-se mais solidamente em processos sociais que historicamente foram fechados a elas”²⁷.

Assim, o fato desse tipo de produção ser um processo novo sobre o qual todos os membros da família precisam aprender, abre uma brecha para que o chefe da família não seja considerado o detentor do conhecimento e, portanto, do poder. No entanto, se os cursos e os técnicos dirigirem-se aos homens, como geralmente acontece, quem vai se apropriar desse novo conhecimento será o homem e as mudanças novamente serão superficiais.

²⁷ PASTORE, Elenice. Relações de gênero na agricultura ecológica. In: TEDESCO, João Carlos, PASTORE, Elenice. Ciências Sociais: temas contemporâneos. Passo Fundo: Méritos, 2005, p. 158.

No entanto, como a adesão à agricultura orgânica ocorre muito frequentemente por meio de idéias de jovens, significa que houve um debate familiar para que ocorresse essa transição.

As mulheres também têm significativa influência na decisão de sair da agricultura convencional. Segundo Karan (2004: 314), vários relatos colhidos em sua pesquisa destacam que as mulheres foram as primeiras a assumir a decisão pelos riscos no plantio orgânico, buscando orientação técnica, experimentando novas sementes, instalando hortas próximas a casa e, inclusive, assumindo a responsabilidade de comercialização. Dessa forma, o patriarca foi forçado a ouvir as opiniões dos filhos e da mulher, gerando automaticamente um empoderamento desses (PASTORE, 2004: 159).

Um outro aspecto observado por Brumer (1996: 41 – 42) é que na pequena produção diversificada e mais voltada para o auto-consumo, a participação das mulheres no trabalho produtivo é maior do que em um sistema de produção voltado para o mercado e baseado na utilização de máquinas. Com exceção de quando o trabalho mecanizado é constante e duradouro, como na produção leiteira.

Não obstante, segundo pesquisa realizada por Karan (2004: 314) com produtores orgânicos na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), em 50% das unidades produtivas foram as mulheres que tomaram a iniciativa para a conversão do sistema de produção convencional para o orgânico, no entanto, em apenas 20% dos estabelecimentos as mulheres são as responsáveis por esse sistema de produção. Ou seja, a partir do momento em que os homens percebiam os resultados obtidos, passaram a assumir um papel mais decisivo nesse tipo de produção. As mulheres, apesar de continuarem a trabalhar nas atividades produtivas, deixam de colaborar nas atividades administrativas, como participar de reuniões, comércio, etc., lugar que foi sendo ocupado pelos homens.

Para Tedesco

“quando há uma opção por algum tipo de atividade que não seja o tradicional da agricultura, novos e/ou velhos processos estão presentes no universo interno da família e nos limites de sua sociabilidade e convivência. É evidente que algo se redefine, porém sempre em correspondência com a realidade da unidade como um todo”²⁸.

²⁸ TEDESCO, João Carlos. Agroindústrias, indústrias têxteis e unidades de agricultores familiares. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo. 2006, p. 168.

Ou seja, ao mesmo tempo em que ocorrem rupturas e conquistas por parte das mulheres, há uma grande dificuldade de consolidação dessas mudanças visto que ainda existe uma estrutura patriarcal muito fortemente enraizada no cotidiano. Não se pode negar que ocorrem mudanças significativas. Essas mudanças, no entanto, não são suficientemente profundas para que se conquiste uma transformação na estrutura que dá base a relações de gênero desiguais.

A realidade da unidade de produção envolve tanto aspectos econômicos quanto culturais, sistemas de valores e hierarquias internas (TEDESCO, 2006: 168). Nas comunidades rurais da região sul do Brasil, as relações internas de gênero das unidades de produção atribuem ao homem a responsabilidade da organização do trabalho agrícola bem como da representação da unidade de produção no espaço público. Enquanto às mulheres cabe o papel de coadjuvante, pois apesar de serem reconhecidas como produtoras rurais pela legislação ainda falta o reconhecimento social e cultural, sendo atribuída a elas a função de garantir a reprodução da família. Tarefa que não é valorizada por não ter um rendimento econômico visível. A reprodução desses estereótipos é garantida pelos ensinamentos passados aos filhos e filhas que são educados de acordo com o papel social que deveriam desempenhar na sociedade, segundo os costumes tradicionais (DESER-CEMTR/PR, 1996: 67).

Em uma pesquisa de Deere e León, elas verificam que as variações da divisão sexual do trabalho não dependem apenas do fator cultural, mas também das condições materiais de produção (BRUMER, 1996: 42).

A necessidade do trabalho produtivo das mulheres diminui nas propriedades com mais recursos, pelo fato de diminuir a necessidade de mão-de-obra. Assim, elas tendem a abandonar as atividades agrícolas para dedicar-se às atividades domésticas e aquelas destinadas ao auto-consumo familiar (BRUMER, 1996: 53).

Já a economia solidária, como forma alternativa de produção e comércio, representa uma possibilidade de modificar as relações de gênero. Isso porque reconhece que não somente os recursos econômicos são necessários, mas também os não-monetários. Tem como princípio que as relações de confiança são fundamentais para que uma organização ou grupo funcione (NOBRE, 2003: 97).

Nesse sentido, as mulheres desempenham um importante papel na manutenção das relações de reciprocidade. São elas que, com sua dedicação e tempo disponibilizado

para conversar e dar atenção, conseguem manter a coesão da família, as relações de vizinhança e as relações no ambiente de trabalho (NOBRE, 2003: 97).

A economia solidária, por não ter como principal objetivo a acumulação de capital, valoriza as necessidades cotidianas e as atividades de cuidado do outro, dando importância, dessa forma, ao trabalho que é tradicionalmente feminino (NOBRE, 2003: 97). Em outras palavras, a economia solidária põe em evidência, ou deveria pôr, a esfera do trabalho reprodutiva, invisível para a economia tradicional.

Em suma, a questão que se coloca é se esses grupos de economia solidária, por se proporem a criar novas formas de gestão, outra cultura de trabalho, bem como novas formas produzir e consumir como a agricultura orgânica, podem ser locais privilegiados para o desenvolvimento de relações não-hierárquicas e de fortalecimento da autonomia dos indivíduos, (NOBRE, 2003: 99) podendo contribuir para um empoderamento das mulheres.

3. Terceiro Capítulo

3.1 A Cooperativa de Produção Rural Terra e Vida – Coopervita

A Coopervita está localizada em Tapejara/RS, na comunidade rural de Vila Campos, distante oito quilômetros da sede do município²⁹. É formada agricultores familiares que têm como principal atividade o cultivo de produtos alimentícios. Atualmente possui 29 associados de 19 famílias diferentes.

Segundo pesquisa realizada por Posser (2007: 42), todos os associados entrevistados por ela possuem pequenas propriedades de terra, voltadas principalmente para a subsistência, sendo que os excedentes são destinados ao abastecimento da cooperativa e comercialização.

“As maiores propriedades compreendem entre 15 e 32 hectares, e as demais variam de 1 a 8 hectares, sendo que as de menor extensão predominam, ou seja, representam 20, das 22 propriedades questionadas”. (POSSER, 2007: 42).

Ainda segundo a pesquisa de Posser, os principais motivos que impulsionam os associados a fazerem parte da cooperativa é a obtenção de melhor renda e viabilização de sua permanência no meio rural. Todos os entrevistados afirmaram que participar da cooperativa significou uma melhoria na qualidade de vida, no sentido de que hoje têm uma garantia da colocação de seus produtos, o que permite uma estabilidade financeira em relação à produção.

O método de organização do trabalho na cooperativa é a divisão de equipes por setor: equipe de produção vegetal, equipe de produção animal, equipe de agroindustrialização, equipe técnica e equipe de administração. Cada uma possui um coordenador escolhido pelos trabalhadores do próprio setor.

Inicialmente todo o trabalho era feito pelos associados, no entanto, com o crescimento da produção, tornou-se necessário a contratação de mais trabalhadores³⁰. O salário é pago de duas formas. A primeira é por produção, como no caso da horta e da padaria. A segunda é por hora trabalhada. O valor da hora é diferenciado para

²⁹ Informações obtidas por meio de entrevistas; folders; arquivos internos; notícias de jornais e trabalhos realizados sobre o local, fornecidos pelos membros da cooperativa.

³⁰ A admissão de novos associados é feita conforme a necessidade de mão-de-obra na cooperativa. Embora não existam critérios oficiais de admissão, existem critérios subjetivos como confiança, relacionamento e interesse da pessoa a ser convidada. No momento da entrada o novo associado precisa pagar a cota capital, cujo valor é definido no momento da associação.

trabalhadores contratados e permanentes³¹, os membros da diretoria e os coordenadores das equipes também recebem um valor de hora maior que não pode, no entanto, ultrapassar três vezes o valor da hora simples.

As decisões são tomadas na Assembléia Geral, que é o órgão máximo da Coopervita. Lá são discutidas normas internas, regras de funcionamento, prestação de contas, eleição da diretoria e do Conselho Fiscal³².



Figura 1 - Assembléia Geral da Cooperativa

Sempre que possível um novo empreendimento é iniciado, de forma a diversificar a produção. Hoje são desenvolvidas as seguintes atividades coletivas: suinocultura; pomares de frutas diversas (especialmente pêssigo, figo e uva); horta para agroindústria; produção de cereais como feijão, milho, pipoca; produção de sementes para o auto-sustento, fábrica de rações, agroindústria onde são produzidos 22 produtos entre doces, geléias, conservas e compotas, padaria onde são feitos pães, cucas e biscoitos; e criação de galinhas caipiras. Esses produtos são comercializados em feiras, mercados, restaurantes, creches, escolas e hospitais do município e da região através da marca Doce Sabor.

³¹ Atualmente existem dois trabalhadores contratados permanentes e, em média, 10 temporários.

³² Mantém a prestação de contas regulares, possibilitando o acesso às informações a todos os membros da cooperativa.

3.1.1 Histórico da COOPERVITA

O surgimento da Coopervita foi uma reação dos agricultores à crise que tomava o país em 1990. Essa foi a época em que se introduziu o Plantio Direto³³, através de mudança tecnológica e de produção, principalmente nas culturas do milho e da soja. Esse novo sistema foi positivo na medida em que rompia com a forma de plantio convencional, extremamente prejudicial ao solo. No entanto, não rompia com a base de sustentação do processo produtivo, marcado pela monocultura e dependência de insumos químicos.

Diante dessas mudanças, os agricultores foram obrigados a deixar de plantar e capinar manualmente para se adaptar ao novo modelo através de aquisição de maquinário, insumos e implementos agrícolas. Tudo isso resultou em endividamento e surgimento de mão-de-obra ociosa, por conta da substituição do trabalho braçal pelas máquinas.

As precárias condições de vida e o sentimento de solidariedade fizeram com que algumas das famílias produtoras agrícolas da comunidade procurassem uma alternativa de trabalho diferente. Nessa mesma época, vários assentamentos de produtores ligados ao Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra – MST adotaram um sistema de produção organizado, obtendo resultados positivos. Dentre esses assentados estavam familiares dos produtores que, por conta desse exemplo, tiveram a iniciativa de começar esse trabalho diferenciado.

Inspirados nesse exemplo do MST e pressionados pelas dificuldades econômicas, cinco famílias se uniram para produzir em conjunto. Pesquisaram e visitaram outras cooperativas e associações já consolidadas em várias regiões do Estado e, em 27 de agosto de 1991, fundaram a Associação dos Agricultores do Condomínio Rural São Domingos. O objetivo era justamente o fortalecimento pela união, superando a situação de isolamento do sistema tradicional de produção que os tornava concorrentes e os enfraquecia.

Conforme um dos entrevistados:

³³ O Plantio Direto é um conjunto de técnicas integradas que têm por objetivo melhorar as condições ambientais. Baseia-se em três requisitos mínimos, quais sejam: não revolvimento do solo, rotação de culturas e uso de culturas de cobertura para formação de palhada, associada ao manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas. Informações disponíveis no site: <http://www22.sede.embrapa.br/plantiodireto/IntroducaoHistorico/sistemaPlantioDireto.htm>. Acesso em: 29/04/09

“Então nessa época o pessoal começou a se deparar com essa situação: bom, nós estamos já com dívida, não temos mais condição de investir, e todo mundo... as famílias estão com os jovens aí, e quando eles crescem vão embora porque não tem o que fazer (...) então qual era a alternativa? A alternativa era se reunir essas famílias e desenvolver algumas atividades diferentes, que ocupassem mão de obra”. (agricultor – 34 anos)

Organizados, deram início à plantação coletiva compartilhando maquinários e equipamentos agrícolas. A primeira experiência foi com o cultivo de alho, onde conseguiram produzir mais de 40 toneladas em três hectares de terra. No entanto, por problemas na comercialização, a cultura teve que ser desativada.

Posteriormente a isso, iniciaram o aviário, a produção de frutas e a construção de um açude³⁴ que era utilizado tanto para criar peixes quanto para irrigar a lavoura e o pomar.

Em 1994 conseguiram implementar a suinocultura através do Programa Estadual de Condomínios Rurais. No início eram 175 matrizes, atualmente chegam a 300. Em decorrência do crescimento desse projeto conseguiram agregar também uma fábrica de rações.



Figura 2 – Criação de porcos da Cooperativa

³⁴ Atualmente o açude não pertence mais à Coopervita.

Em 1998 as famílias associadas partiram para uma nova alternativa. Perceberam que era possível agregar valor aos produtos através da industrialização e criar mais postos de emprego, já que a suinocultura empregava no máximo 4 ou 5 pessoas. Diante disso, começaram a desenvolver o projeto da agroindústria que entrou em funcionamento em 2001 e hoje é uma das principais fontes de renda da cooperativa, onde são produzidos 22 produtos entre doces, geléias, conservas e compotas. Juntamente com esse projeto surgiu a horta, que fornece produção para ser beneficiada na agroindústria. Em setembro de 1998 mudou a natureza jurídica do grupo, e a cooperativa foi oficialmente instituída com a denominação de Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida – Coopervita.

O ano de 1998 foi um marco para a Coopervita. Primeiro, por ter mudado o estatuto de associação para cooperativa. Segundo, pelo desenvolvimento do projeto da agroindústria que significou o envolvimento das mulheres nas ações da cooperativa, fato que é valorizado pelos informantes entrevistados.

“Talvez na época a gente nem tinha planejado exatamente isso, mas a gente acabou percebendo: que bom... que bacana que... que a gente envolveu as mulheres, porque senão era negócio de homem. As primeiras reuniões que nós fazia era só os homem que participavam, porque... o que que as mulheres iam discutir de porco, de soja, de milho, sei lá, de fruta, na época elas, né? Mas devagarinho a gente foi envolvendo porque como a gente mudou o caráter, botou produção de horta, botou produção orgânica, botou a indústria, mudou tudo, aí acabou envolvendo todo mundo”. (agricultor – 34 anos)

Em terceiro lugar, foi nesse mesmo ano que houve a mudança para a produção orgânica. Os motivos que fizeram com que eles escolhessem esse tipo de produção foram tanto econômicos, visto que perceberam que esse nicho de mercado estava se expandindo, quanto uma preocupação com a saúde. Na época, o principal produto da cooperativa era o pêssego e os produtores perceberam que, devido aos fortes venenos que eram aplicados nos pomares, muitas pessoas da comunidade começaram a adoecer.



Figura 3 – Marca da Coopervita



Figura 4 – Mulheres trabalhando na agroindústria da Coopervita.



Figura 5 – Horta orgânica

Em 2005, com a inserção da mulher, outro projeto passou a ser desenvolvido: a produção de pães para o auto-consumo das famílias com comercialização do excedente. Hoje, a padaria já funciona durante todo o ano produzindo pães,ucas e biscoitos. Possui também um convênio de fornecimento às entidades assistenciais do município, via CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

O último investimento na diversificação da produção foi realizado em 2006. Trata-se da criação de frango caipira.



Figura 6 – Mulheres trabalhando na padaria



Figura 7 – Criação de frango caipira (arquivo Coopervita)

Além disso, a Coopervita inclui em suas ações a construção de um núcleo habitacional que está sendo implementado gradativamente, formação e capacitação contínua dos associados, promoção de festas para a divulgação dos produtos e

integração dos associados, compras coletivas de alimentos e assistência técnica. Seus objetivos, além do desenvolvimento econômico, procuram também desenvolver a vivência coletiva, o fortalecimento dos valores de solidariedade e entreajuda.

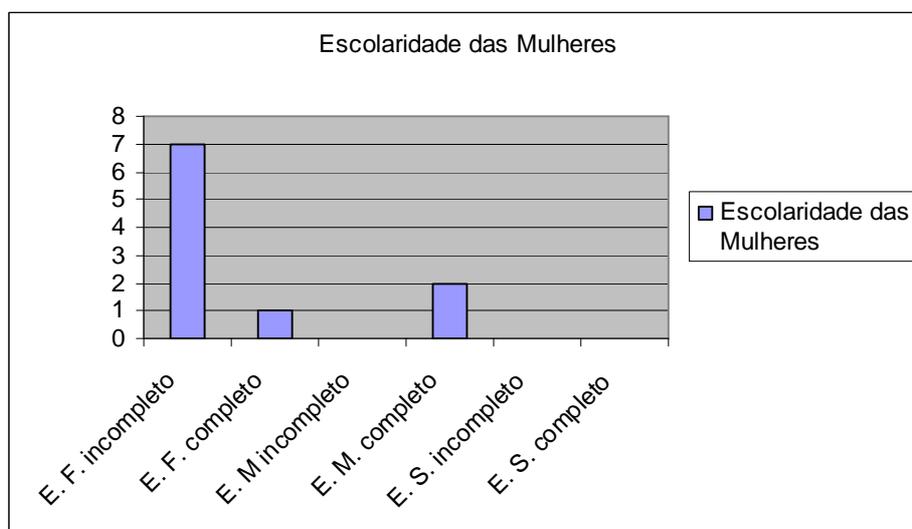
3.2 As mulheres da cooperativa

Foram entrevistadas dez mulheres, sendo que cinco delas são sócias da cooperativa e as outras cinco são trabalhadoras contratadas. A idade delas varia entre 25 e 63 anos, e a maioria encontra-se entre os 25 e 35 anos.

Para facilitar a análise dos dados separei a situação das mulheres em três configurações familiares, são elas: caso 1 – possuem cônjuge e moram com os filhos, abrangendo seis mulheres; caso 2 – não possuem cônjuge e moram com os pais, abrangendo duas mulheres; e caso 3 – não possuem cônjuge e moram com os filhos, abrangendo as duas restantes. Essa diversidade de situações encontrada foi muito interessante para que fosse possível comparar a condição das mulheres em diferentes circunstâncias.

A maioria delas possuiu baixa escolaridade. Apenas duas delas completaram o Ensino Médio, uma completou o Ensino Fundamental e as outras sete possuem Ensino Fundamental incompleto, conforme se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Nível de escolaridade das mulheres³⁵



A baixa escolaridade é um dos fatores que elas citam como motivador para trabalhar na cooperativa. Segundo elas, se não tivessem essa oportunidade, teriam que ir para a cidade e lá, em decorrência de seu pouco estudo, as chances não seriam atrativas.

“P: e por que você decidiu começar a trabalhar aqui na cooperativa?”

R: motivo: que eu não tenho estudo. Até arranjar um outro emprego na cidade, né? Daí aqui é uma ótima oportunidade, que não tem estudo e tem o emprego garantido.” (agricultora, 28 anos – caso 3 – trabalhadora)

“...mas a gente já não tem estudo, então tem que aproveitar o que tem.” (agricultora, 35 anos – caso 1 – trabalhadora)

Outra motivação para trabalhar na cooperativa é mudar essa realidade em relação aos filhos, proporcionando a eles oportunidade de estudar.

“se eu fosse... se eu tivesse ficado... não tivesse entrado, associado na cooperativa, sei lá se meus filhos tinham estudado, não se sabe, né? Porque eu acho que não ia conseguir daí dar estudo...” (agricultora, 45 anos – caso 1 – associada)

³⁵ Os gráficos e tabelas são mais seguros com amostras maiores que a utilizada, mas como o Trabalho de Conclusão de Curso é uma forma de exercício de pesquisa, esses instrumentos foram usados como treinamento. Além disso, foram feitos para a melhor visualização e entendimento dos dados obtidos nessa pesquisa.

Percebe-se, portanto, que a cooperativa aparece tanto como uma oportunidade de emprego diante de uma realidade agrícola não favorável (pouca terra, baixo rendimento da produção agrícola) quanto como uma alternativa de resistência para não ter que ir morar ou trabalhar na cidade.

“...na época a gente tinha a terra da minha sogra, mas era uma área... não era muito grande, né? Então a gente pensou, com três filhos, seria uma opção boa pra gente fazer, como foi. Daí hoje a gente tem um trabalho, eles também têm onde trabalhar, tiveram oportunidade de estudar. E, nossa... foi... foi bom! Caiu do céu!” (agricultora, 45 anos – caso 1 – associada)

“...porque daí é pouco que a gente tem, né? Daí não sobrevive só daquilo, daí a gente se obriga a trabalhar fora”. (agricultora, 48 anos – caso 1 – trabalhadora)

3.3 A cooperativa como oportunidade de emprego e agregação de valor aos produtos agropecuários

A Coopervita, como foi descrito anteriormente, possui vários pequenos empreendimentos, tendo como carro-chefe a agroindustrialização e beneficiamento dos produtos agrícolas através da agroindústria que entrou em funcionamento em 2001.

As agroindústrias familiares surgem no meio rural como uma alternativa de produção e de incremento de renda. Os produtos provenientes dessas pequenas agroindústrias se diferenciam pela maneira como são feitos e, pelo seu caráter artesanal, tornam-se competitivos no mercado (BONI, 2005: 37). Segundo um dos administradores, esse é um dos princípios que regem a produção na agroindústria:

“também foi trabalhado com ela nessa característica, de ter produto bem artesanal, de boa qualidade, um produto que tem um diferencial grande no mercado, desde a apresentação, textura... tudo... sabor. O que a gente pudesse ir diferenciando, diferenciar”. (agricultor, 34 anos)

Na diferenciação dos produtos também aparece a questão da produção orgânica. O mercado de produtos orgânicos é um dos que mais cresce no mundo. De acordo com dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América – USDA entre os anos de 1999 e 2001, houve um aumento de 86% no mercado de produtos orgânicos no Brasil, sendo que o crescimento estimado para esta década está em torno de 20% ao

ano (LIMA, 2003: 4). Os consumidores procuram alimentos de qualidade, saudáveis e produzidos com menor uso de insumos químicos e agrotóxicos. Além disso, existe a preocupação com a preservação do meio ambiente e da biodiversidade

Segundo dados do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA de 2005, o Brasil tinha, nesse ano, 20 mil produtores orgânicos, sendo que 80% desses são agricultores familiares e o Rio Grande do Sul era o estado com maior número de produtores, chegando a 4,5 mil³⁶.

Os agricultores entrevistados da Coopervita afirmam que a escolha pela produção orgânica foi motivada tanto por questões econômicas quanto por questões de saúde.

“Em 93 também, acho que foi, que foi iniciado a questão de pomar, de pêssego e figo. No início era integração com a Cotrigo ainda... daí o pessoal achou que era muito veneno, muita coisa, sabe?... Algumas pessoas tinham passado mal, daí resolveram mudar pra esse lado (...). E se tinha em mente aquela coisa: produzir um alimento diferenciado. Já se tinha uma visão de mercado, de algo diferente, em mercado se é mais valorizado. E toda a questão de consciência, né? De saúde”. (agricultor, 25 anos)

Além da diferenciação dos produtos, outros fatores caracterizam a agroindústria familiar, são eles: a propriedade e gestão do empreendimento pelos próprios agricultores; a matéria prima principal é produzida pelos mesmos, a tecnologia não é muito sofisticada, sendo que muita coisa é feita manualmente; a escala da produção depende muito da matéria-prima, mão-de-obra e capacidade física disponíveis; a localização geralmente é na própria propriedade; e a mão-de-obra é familiar, havendo a contratação de terceiros, quando necessário (BONI, 2005: 38 - 39).

No caso específico aqui estudado, a ocupação da mão-de-obra foi um dos eixos que motivaram os idealizadores da cooperativa.

“...o princípio nosso que a gente tem e que é forte, é que o que gera renda, assim, na nossa região, é a mão-de-obra. É a ocupação do trabalho. (...) Não é só o capital que dá lucro. E com base nisso que começou as primeiras experiências”. (agricultor, 34 anos)

³⁶ Informação disponível em <http://www.fomezero.gov.br/noticias/decreto-favorece-producao-organica-familiar>. Acesso em 20.05.09.

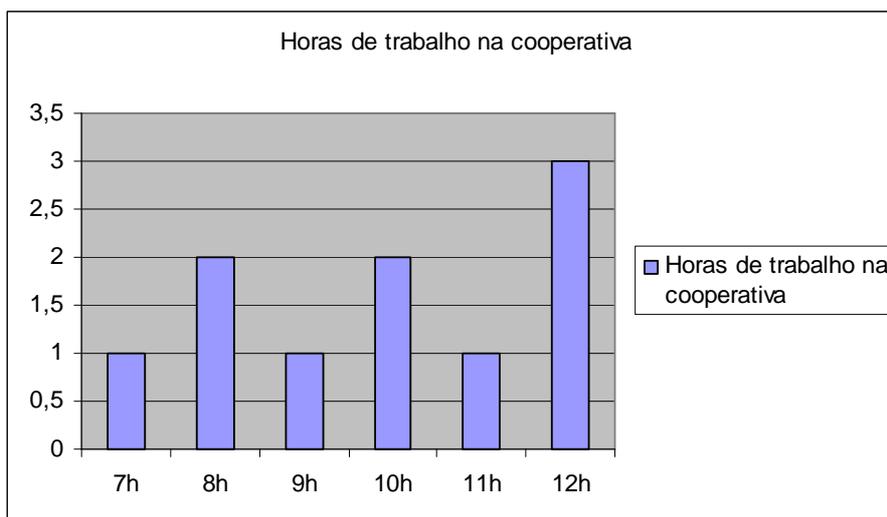
Através das entrevistas foi possível perceber que esse objetivo foi alcançado. As mulheres entrevistadas afirmam que a renda melhorou muito depois de terem começado a trabalhar na cooperativa. Além disso, como já foi analisado anteriormente, elas percebem na cooperativa uma oportunidade de emprego garantida para seus filhos e para elas mesmas.

3.4 “A gente trabalha muitas horas por dia, pelamordedeus!”: a sobrecarga de trabalho na esfera produtiva.

Não obstante a mão-de-obra dos associados e a contratação de outros trabalhadores da própria localidade, a carga de trabalho na cooperativa é muito pesada, sobretudo em épocas de safra.

Essa questão apareceu frequentemente nas conversas com as mulheres e pode ser mais bem visualizada através do gráfico abaixo. Apenas 3 das 7 mulheres entrevistadas não trabalham mais de oito horas por dia, sendo que 3 delas declararam trabalhar até doze horas.

Gráfico 2 – Horas de trabalho por dia na Coopervita



Apesar de o gráfico ter sido construído apenas com as respostas das mulheres, a carga de trabalho na cooperativa é bastante pesada também para os homens.

“P: e quantas horas por dia você gasta com o trabalho na cooperativa?”

R: bah, quantas horas por dia (...). Eu às vezes começo de manhã às 7 horas e vou parar às vezes de noite (...).

P: e o seu marido, ele gasta quantas horas mais ou menos?

R: ah, ele também. Quando tem abate ele vai até as 9, 10 horas da noite.

P: ele começa de manhã também?

R: ele na verdade trabalha o dia todo, mas quando tem abate é o dia que mais... Que teve noites ali, mais inverno que ele chegou em casa era 11 e meia. Agora no verão é mais... e depende da quantidade de frango”. (agricultora, 42 anos – caso 1 – associada)

“R: nós começamos 7 e meia até as 11 da manhã, e de tarde, às vezes, se precisa recolher verdura a gente vai bem cedo, senão nós vamos mais tarde, né? 2 e meia, 3 hora, por que esse sol... E daí pra terminar 8 e meia.

P: e o teu marido trabalha quantas horas?”

R: é também, nós fazemos os mesmos horários”. (agricultora, 35 anos – caso 1 – trabalhadora)

Segundo Boni (2005: 87) essa carga pesada de trabalho não deve ser entendida como uma fatalidade visto que, muitas vezes, pode ser resolvida com o crescimento do empreendimento e com o investimento em novas tecnologias. Exemplo disso é a fala de uma das entrevistadas.

“E outra coisa que facilitou pra nós na padaria é que nós compramos a máquina de enrola os pãozinho, porque antes nós enrolava tudo à mão. Nós chegava a fazer quase dois mil pãozinho por dia, tudo enrolado à mão. E como já me deu problema no braço, deu uma vez, deu duas. Daí não tem quem agüente. Daí nós compramos a máquina de enrolar pão”. (agricultora, 42 anos – caso 1 – associada)

Para as mulheres, no entanto, a situação se agrava, porque, além de enfrentarem esse trabalho extremamente desgastante na esfera produtiva, precisam dar conta das tarefas na esfera reprodutiva. Segundo Paulilo (2000: 238), uma das diferenças fundamentais para homens e mulheres é que para as mulheres trabalho e família andam juntos, enquanto para os homens, trabalho significa emprego assalariado e exige tempo fora de casa.

3.4.1 “E eu não acho feio, né? Os homens ajudarem”: a divisão sexual do trabalho na propriedade.

“é serio, de serio, de meio dia ele vem meio dia e quinze, e uma hora ele tá lá (na cooperativa) de volta, é de serio, é demais. Por isso que tem uma coisa que a gente não... porque assim, se ele viesse e me ajudasse em alguma coisa aqui em casa, já era... já mudava pra mim. Ma daí aqui em casa fica tudo pra mim, tudo, tudo”. (agricultora, 30 anos – caso 1 – associada)

Se no trabalho da cooperativa o volume e a intensidade do trabalho são praticamente os mesmos para os homens e as mulheres³⁷, em casa o trabalho doméstico continua sendo quase que totalmente de responsabilidade da mulher.

Para melhor visualizar a divisão do trabalho doméstico elaborei um quadro com praticamente todas as atividades da propriedade, realizadas dentro e fora do lar (ver questionário, apêndice 1 e quadro, anexo 1). Ao citar as atividades as mulheres iam me dizendo quem as realizava. Para facilitar a análise desses dados, simplifiquei essas respostas em quatro categorias: F – quando as atividades são realizadas apenas pelas mulheres; F(M) – quando as atividades são realizadas pelas mulheres com a ajuda dos homens; M – quando as atividades são realizadas pelos homens; e M(F) – quando as atividades são realizadas pelos homens com a ajuda das mulheres³⁸.

³⁷ É importante salientar que isso não significa que não exista uma divisão sexual do trabalho dentro da cooperativa. Segundo pesquisa da CEMTR/Deser (2000:55), existe a tendência de uma distribuição mais equilibrada entre os membros da família nas tarefas de produção e agroindustrialização. No entanto, nas tarefas que exigem capacitação profissional e na comercialização verifica-se uma presença maior de homens. Embora a amostra seja pequena, foi possível perceber essa tendência na Coopervita. Das dez mulheres entrevistadas, apenas duas participam da administração e todas as outras participam dos setores de produção e agroindustrialização. Dos maridos, entre os quatro que trabalham na cooperativa (os outros dois trabalham fora), dois trabalham na agroindustrialização e produção e os outros dois na comercialização e administração.

³⁸ Nessa análise foram incluídas as famílias das 10 mulheres pesquisadas, com exceção de uma em que morava apenas ela e a filha pois, nesse caso, as tarefas seriam invariavelmente realizadas por mulheres.

Gráfico 3 – Divisão de trabalho nas tarefas dentro do lar (Total)



Segundo Paulilo (2000: 238), com base nos dados da ONU de 1995, de dois terços a três quartos do serviço doméstico são feitos pelas mulheres nos países desenvolvidos, sendo que a mulher gasta em torno de 30 horas ou mais por semana nessas atividades, enquanto os homens gastam 10 a 15. Em minha pesquisa pode-se perceber que os homens realizam apenas 15% dos serviços de dentro do lar enquanto as mulheres arcam sozinhas com 71% desse serviço (os outros 13% são tarefas que as mulheres fazem com a ajuda dos homens, e o 1% restante são eles que fazem com a ajuda das mulheres). Se as atividades em que os homens apenas ajudam forem contabilizadas juntamente com as atividades realizadas pelas mulheres, essa porcentagem sobe para 84%, o que equivale a bem mais do que três quartos do total de afazeres domésticos.

As atividades em que participação efetiva masculina mais aparece são “acender o fogo no fogão a lenha”, “preparar o chimarrão”, “brincar com os filhos”, “servir almoço para as crianças”, “cuidar e conversar com os filhos”. Segundo Paulilo (2000: 238) os serviços em que os homens mais participam é no cuidado das crianças pequenas, em média de 1 hora por dia.

Outras atividades onde a participação masculina também aparece, mas como “ajuda”, são “fazer o serviço da cozinha (referente ao café da manhã)”, “lavar a calçada”, “brincar com os filhos”, “fazer almoço”, “lavar e enxugar a louça” (ver gráfico detalhado, apêndice 2).

É importante salientar que em alguns desses afazeres domésticos como “fazer almoço” e “servir almoço para as crianças”, a participação do homem aparece mais porque as mulheres, em sua maioria, não estão em casa na hora do almoço. Muitas delas declararam almoçar na agroindústria ou no trabalho. Além disso, nos casos em que isso acontece, as mulheres geralmente já deixam o almoço encaminhado.

“daí eu já começo a arrumar minhas coisas, porque assim, eu tenho que fazer o almoço pra eu levar. Daí eu começo a fazer o almoço, bem cedo, já deixo encaminhado aqui pra eles, e a minha parte já levo. (...) Daí eles chegam aqui, esquentam e comem”. (agricultora, 30 anos – caso 1 – associada)

Nesse ponto não se pode negar um pequeno avanço, ainda que superficial. Em alguns casos, pelo fato de as mulheres passarem muito tempo trabalhando fora, os homens contribuem mais com as tarefas domésticas, mesmo que a contribuição continue sendo vista como ajuda.

“Daí sábado que eu tava trabalhando ele ficou em casa, daí me fez o serviço, lavou roupa, lavou os lençol, limpou a casa”. (agricultora, 45 anos – caso 1 – associada)

“O almoço daí, na verdade agora... agora não que eu tô mais em casa, que não tem muito trabalho. Mas assim, quando é bastante serviço lá, na verdade é ele que vem fazer o almoço”. (agricultora, 42 anos – caso 1 – associada)

“Agora, em função da padaria, ele ajuda mais”. (agricultora, 42 anos – caso 1 – associada)

Quanto às atividades realizadas fora do lar (serviços no entorno da casa, roça/lavoura, chiqueiro, estrebaria, aviário) a divisão de tarefas é um pouco mais equilibrada e a participação dos homens é um pouco maior do que a das mulheres, 49% e 42% respectivamente (ver gráficos detalhados, apêndices 3 e 4). A responsabilidade dos homens é maior na roça/lavoura e no chiqueiro, enquanto a das mulheres é maior nos serviços em torno da casa e na estrebaria.

É importante salientar que em quatro das famílias entrevistadas não havia roça/lavoura, em apenas três havia estrebaria, em duas chiqueiro, e nenhuma possuía aviário. Nas famílias que não possuem esses estabelecimentos a divisão sexual do trabalho é ainda mais desigual. Isso porque essas são as tarefas em que os homens mais

participam. O fato de essas tarefas não existirem faz com a que sua responsabilidade na propriedade seja praticamente nula e sua participação apareça apenas como “ajuda” em alguns serviços domésticos. Dessa forma, na questão sobre a principal ocupação dos maridos na propriedade, algumas das respostas que obtive foram:

“*ah, ele me ajuda num pouco de tudo*”. (agricultora, 31 anos – caso 1 – trabalhadora)

“*Resposta da esposa: aqui em casa? Ixe Maria!! (risos). Só comer e dormir?*

Resposta do marido: pouco ou quase nada”. (agricultora, 30 anos – caso 1 – associada)

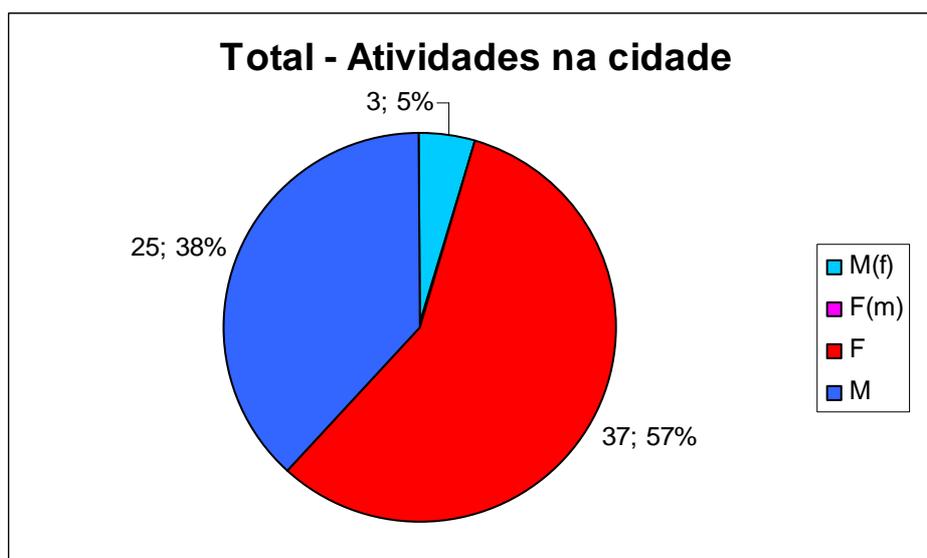
“*Só em casa, né? Ajuda às vezes*”. (agricultora, 35 anos – caso 1 – trabalhadora)

Gráfico 4 - Divisão de trabalho nas tarefas fora do lar (tarefas na propriedade e no entorno da casa) - total



Em relação às atividades na cidade, a participação feminina também é maior do que a masculina. Enquanto as mulheres aparecem como responsáveis por 57% das atividades, os homens aparecem como responsáveis por apenas 38%.

Gráfico 5 – Divisão de trabalho nas tarefas da cidade (total)



As tarefas em que a participação masculina é mais evidenciada são “fazer e controlar os serviços bancários”, “fazer financiamentos”, “comprar equipamentos”. Na tarefa “pagar contas” a responsabilidade é dividida. Nas restantes “fazer compras para a propriedade”, “comprar alimentos”, “comprar roupas” e “comprar materiais para a casa” a responsabilidade maior é das mulheres (ver gráfico detalhado, apêndice 5).

Conforme pude observar nas entrevistas, apenas 3 das 10 mulheres dirigem, sendo que dentre essas uma delas não possui carteira de motorista, não podendo, portanto, ir para a cidade. Entre as que possuem cônjuge a declaração de que eles dirigem foi unânime. No entanto, além do transporte escolar, existe um ônibus para ir e voltar da cidade três vezes por dia. Dessa forma, talvez pela facilidade de acesso, a quantidade de vezes que os homens e as mulheres vão para a cidade é mais ou menos igual. O que muda é a tarefa que é destinada a cada um.

Essa divisão dos afazeres da cidade demonstra que o maior poder de decisão na propriedade está nas mãos dos homens, tendo em vista que são eles quem controlam a renda da família. Além disso, mostra como são eles quem têm o contato com a esfera pública (bancos, técnicos, etc). Enquanto às mulheres, cabe o papel de “rainha do lar”, ou seja, seu poder se concentra em relação às tarefas que dizem respeito à esfera privada, onde é o seu lugar por excelência. É importante lembrar que isso não significa um empoderamento, visto que as tarefas reprodutivas são consideradas secundárias em

relação às produtivas, já que não têm um rendimento econômico visível (BRUMER, 2004: 212).

A divisão sexual do trabalho na propriedade é tão naturalizada que a participação dos homens é apenas ajuda e não uma responsabilidade compartilhada. Assim, mesmo não se dedicando exclusivamente ao lar, a mulher assume todos os encargos da esfera reprodutiva.

Nas entrevistas, ao responderem sobre qual era a principal ocupação dos maridos, pais ou filhos homens na propriedade, as mulheres nem cogitavam que essa ocupação pudesse ser os serviços domésticos. Com exceção das que responderam que eles ajudavam em “um pouco de tudo” em casa, a maioria se referiu apenas às atividades da esfera reprodutiva:

“tipo assim... que que a gente tem assim... cria galinha, porco, horta, assim... só essas coisa. Que sobra pouco tempo pra ele aqui”. (agricultora, 45 anos – caso 1 – associada)

“é cuidar da roça quando tá em casa”. (agricultora, 28 anos – caso 2 – trabalhadora)

“ah, eles lidam na lavoura”. (agricultora, 25 anos – caso 2 – trabalhadora)

“ele planta eucalipto. Encheu lá de eucalipto”. (agricultora, 63 anos – caso 3 – associada)

Quando a questão era em relação à principal ocupação delas na propriedade, a maior parte das respostas foi que eram os serviços domésticos.

Gráfico 6 – Principal ocupação na propriedade – Mulheres

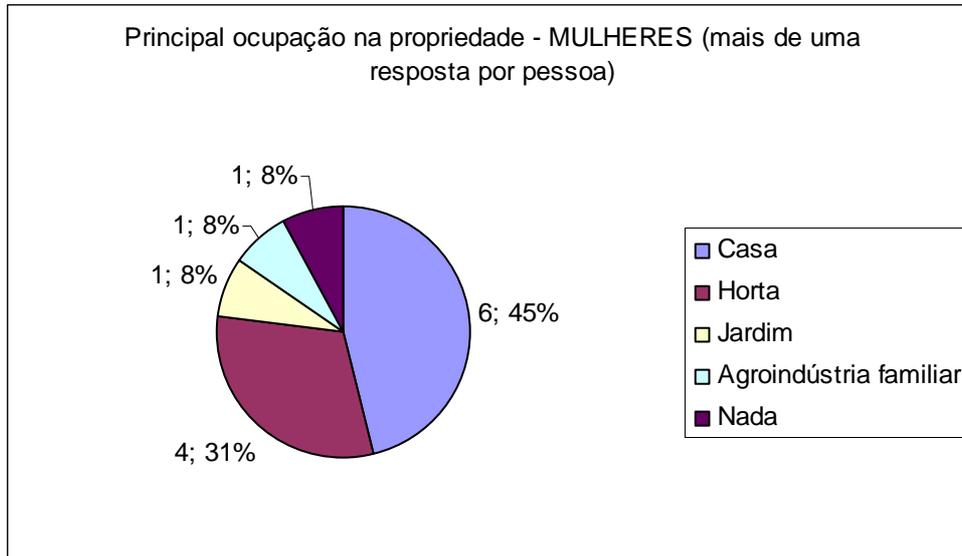
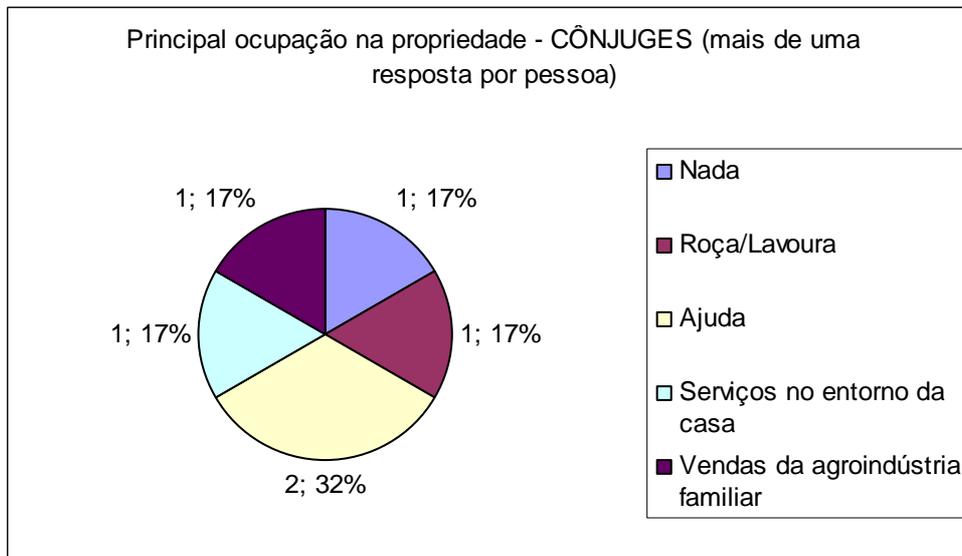


Gráfico 7 – Principal ocupação na propriedade – Cônjuges



Outro aspecto interessante a ser observado é a percepção das mulheres sobre essa divisão de responsabilidades. Apesar de todas essas desigualdades, a maioria delas, quando questionada se estava satisfeita em relação à participação dos homens nos serviços domésticos, respondeu de forma afirmativa.

“sim, ele ajuda mais dentro de casa e ajuda lá (na agroindústria familiar) também”. (agricultora, 42 anos – caso 1 – associada)

“tipo, só não ajuda quando ele não tá. Senão ele sempre me ajudou”. (agricultora, 45 anos – caso 1 – associada)

“ele organiza, ele ajuda bastante, me ajuda com a filha, me ajuda...” (agricultora, 31 anos – caso 1 – trabalhadora)

É provável que isso ocorra pelo fato estar tão naturalizado que esse é um serviço de mulher que qualquer ajuda é vista como uma grande vantagem ou uma grande atitude por parte dos homens. Também é possível que essa percepção das mulheres seja por conta da comparação feita por elas de sua realidade com a realidade da época de suas mães e avós. Algumas falas das mulheres comprovam essa naturalização do papel feminino:

“que nem agora o meu filho assumiu dois meses de cuidar do salão (da comunidade) no final de semana. Daí a gente assume também a limpeza, né? Que ele não tem... não é casado, não tem mulher, vou eu daí...” (agricultora, 45 anos – caso 1 – associada)

Nessa fala a mulher deixa muito claro o papel que é esperado da mulher. O homem é escalado para cuidar do salão, mas a limpeza fica a cargo de alguma mulher de sua convivência: a esposa, a namorada, a irmã ou, como nesse caso, a mãe.

Mesmo nos casos em que as relações são mais igualitárias o termo “ajuda” continua delimitando a diferença de espaços dos homens e das mulheres:

“Que na verdade nós assumimos junto, né? na verdade desde que nós casamos. Que quando nós morava na vó, né? direto no trabalho na lavora eu ajudava, e se fosse em casa (ele) ajudava. Na verdade desde que nós casamos. Fico pra eu ajudar ele, ele me ajudar”. (agricultora, 42 anos – caso 1 – associada)

É importante salientar que a “ajuda” do homem na esfera reprodutiva não é constante nem significativa. Ao passo que o espaço feminino de trabalho é muito mais elástico, sendo costumeiro que as mulheres transitem tanto pela esfera produtiva quanto reprodutiva, o que não acontece com os homens em relação às tarefas produtivas e domésticas (DE GRANDI, 1999: 21, 58).

Em pesquisas realizadas pela CEMTR/Deser (2000:54) constatou-se que a reprodução do padrão tradicional da divisão sexual do trabalho ocorre mesmo com as famílias que participam de atividades organizadas pelos sindicatos e organizações que

atuam para fortalecer o associativismo regional. Por mais que tenham consciência da necessidade de um desenvolvimento alternativo no meio rural, essas famílias agricultoras perpetuam e reproduzem as relações de gênero dominantes na sociedade.

3.4.2 “Isso é vida de louco gente!”: quando o trabalho na esfera produtiva é somado ao da esfera reprodutiva.

A questão da sobrecarga de trabalho feminino foi o tema mais recorrente nas entrevistas.

“Levanto e arrumo a cama, daí vou no banheiro, tomo banho, daí tomo café, boto as roupa pra lavar. Já vou recolhendo tudo que tem lá pra dentro, já vou trazendo. (...) Daí já coloco pra lavar as roupas. Depois eu tomo café. Daí eu já começo a arrumar minhas coisas, porque assim... eu tenho que fazer o almoço pra mim levar. Daí eu começo a fazer o almoço, bem cedo, já deixo encaminhado aqui pra eles e a minha parte já levo. Depois daí 9 e meia já vou pro serviço. Daí lá eu trabalho até o meio dia. Meio dia almoço.(...) Quando eu volto de lá, eu volto 5 horas, daí recolho roupa, ou estendo quando tem que estender, dobro, limpo a casa de noite. Daí faz janta, arruma as menina, quando estudam daí tema daqui, tema dali e uma chama e outra chama, daí ajudar, né? Porque nessa parte tem que dá atenção. E assim vai... até a hora de dormir. (...) Depois da janta eu tenho que deixar meio organizado a louça e tudo pra no outro dia cedo levantar e começar de novo. E depois daí eu assisto um pouquinho da novela (risos)”. (agricultora, 30 anos – caso 1 – associada)

“Ah, só que às vezes é um pouco muito trabalho (risos), mas nisso a gente dá um jeito porque... se precisa trabalhar, né? O que não se faz hoje se faz amanhã. E vai indo. O brabo é quando acumula o cansaço, mas se não... eu sô acostumada trabalhar, sempre gostei. Eu, por mim, não trabalhar, só mesmo se eu tô mal, senão eu nunca fui de não ter vontade. Me parece que ficar sem fazer nada, gente... tive que ficar, né? Nove meses, da minha filha, eu tive ameaça de aborto. Daí eu fazia alguma coisa, eu até facilitava, né? Mas, não aconteceu nada. (...) Quando é demais sim... (...) daí parece que... não dá nem vontade de saí, dá vontade de ficar sentada, acumula, mas senão. Eu estando bem...” (agricultora, 42 anos – caso 1 – associada)

Como já foi descrito anteriormente, a carga de trabalho na cooperativa é muito pesada. Ainda assim, as mulheres dão conta, sozinhas, de 71% do trabalho

doméstico. Pesquisas indicam que elas trabalham mais do que os homens. Nos países desenvolvidos, na década de 80, constatou-se que as mulheres trabalham 2 horas a mais por dia do que eles. É importante salientar que as atividades das mulheres não são bem captadas pelas estatísticas oficiais, o que pode fazer com que seu tempo de trabalho estimado seja menor do que o real (PAULILO, 2000: 238). Além disso, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento essa situação se agrava, pois se estima que nesses a mulher trabalha em média de 20 a 30 horas a mais que o homem, embora isso também não fique claro em relatórios oficiais, (DE GRANDI, 1999: 24).

A situação é mais ou menos difícil conforme a configuração familiar em que a mulher se encontra. As que tinham menos reclamações a fazer foram as mulheres entrevistadas que são solteiras e moram com os pais. Isso porque nesses casos especificamente, ambas as mães das entrevistadas são donas de casa e dão conta (com a ajuda delas) do serviço doméstico.

“Não tem quase nada pra fazer porque a mãe fica em casa, né? E nós somos só em três em casa”. (agricultora, 25 anos – caso 2 – trabalhadora)

“Ela até às vezes reclama porque eu faço tudo. Ela diz: ‘eu fico sem nada pra fazer o dia inteiro, que que eu faço daí?’. Daí agora eu vou dá um castigo pra ela. Vou deixar bastante serviço pra ela, pra ela não reclamar mais (risos)”. (agricultora, 28 anos – caso 2 – trabalhadora)

As mulheres que se revelaram mais angustiadas em relação à conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo foram as que têm filhos pequenos. Para elas, ter que deixar os filhos para ir ao trabalho é que é o maior problema. Aquelas que já têm filhos grandes acabam deixando o trabalho de casa para fazer depois (à noite, finais de semana), as que têm filhos pequenos não podem fazer isso, é preciso atendê-los na hora.

“R: ...hoje eu já digo que não (explicando que o fato de ter que cuidar dos filhos não atrapalha mais no trabalho da cooperativa), porque eles tão grande, eles tão se defendendo bem, se viram e ajudam. Mas no começo sim, no começo meu Deus do céu! Não foi fácil pra mim aceitar. Que eu sentia, né? de deixar eles e ficar só lá (na agroindústria).

P: daí acabava ficando menos lá?

R: é... não, lá eu tinha que ficar, mas daí eu sentia, sabe? Porque eles queriam que eu viesse aqui e eu não podia, e daí a pequeninha queria que eu ficasse aqui em cima com ela pra

assistir, mas eu não podia. Daí agora nós colocamos uma televisão lá embaixo (na padaria), daí, vão lá também, daí não tem. Agora eles já entendem mais também. Mas bem que o meu filho... sempre ele me diz que ele queria que eu trabalhasse menos pra ficar mais tempo com ele”. (agricultora, 42 anos – caso 1 – associada)

“... mas era bom que tivesse uma creche, sei lá, um lugar que alguém cuidasse, porque tem um monte de criança aqui. (...) tem 10, 11 acho (...) e alguém pagar pra cuidar, né?” (agricultora, 30 anos – caso 1 – associada)

Na segunda fala, a entrevistada sugere que uma possível solução para esse problema seria colocar uma creche na comunidade já que é grande o número de crianças pequenas. Essa é uma questão bastante pertinente sendo inclusive uma das bandeiras de luta do movimento feminista. Esses movimentos lutam continuamente no sentido da construção de cidadania, buscando a igualdade de gênero na legislação e nas políticas públicas. Entre essas políticas estão as creches, a licença maternidade, a flexibilidade de horários, ou seja, políticas públicas que proporcionem a igualdade de condições de trabalho para homens e mulheres.

Outra situação bastante comum é a das mulheres que acabam prejudicando o trabalho na esfera produtiva por conta de ter que passar mais tempo com os filhos.

“como eu ia 8 e meia, o pessoal daqui começa a trabalhar 7, 7 e pouco já tá todo mundo trabalhando e as coisas vão, né? tu chega lá em cima e já aconteceu um monte de coisa que tu não sabe, daí tu já chega com o bonde andando, né? Tu sai um pouco antes... se eu tivesse com quem deixar as meninas ou que... porque não tem, como que tu vai deixar aqui, deixar elas se virar, tu tem que arrumar o café”. (agricultora, 30 anos – caso 1 – associada)

“...daí num fim de semana eles chegaram e chamaram pra trabalhar ali na agroindústria. Gente, fiquei faceira que...! Daí fui trabalha lá na compota e shimia, ma daí tinha que arrumar uma pra ficar com ela, daí era desvantagem, porque... lá ela não podia ir, e pagar uma pra ficar em casa daí não valia a pena. Daí na horta assim ela vai junto”. (agricultora, 35 anos – caso 1 – trabalhadora)

Segundo Alméras (BATTHYÁNY, 2004: 53) a própria organização do sistema econômico já leva em conta o fator de que se pode contar com essa flexibilização do tempo feminino. As mulheres, mesmo que tenham uma carga de trabalho produtivo

muito pesada, sempre dão um “jeitinho” para que possam dar conta do serviço de casa e dos filhos. Os homens, por sua vez, não dão uma “fugidinha” do trabalho para verificar como estão os filhos, não levam os filhos com eles para o trabalho e também não dão um jeito de lavar a louça antes de ir trabalhar. São as mulheres quem fazem isso.

“...porque às vezes eu fico até tarde lá (na agroindústria familiar), depende, varia muito o dia. Tem dias que até... porque é mais ruim no inverno, porque no inverno além de ser frio, tem muito mais roupa pra lavar do que no verão. Porque no verão diminui as roupas, e eles não tão na aula, né? Não tem aqueles uniformes que tu tem que tá toda hora... cuida que as vezes subo (pra casa), dou uma escapadinha, venho ali, lavo, estendo lá, 11, 11 e meia e até na hora de sair tem que tá seco. É uma correria (risos). Mas a gente se vira”. (agricultora, 42 anos – caso 1 – associada)

“R: Ela vem junto (a filha), às vezes vem, quando é mudar ela adora colocar as mudinhas nas bandejas.

P: e quando ela era menor, deixava ela com alguém ou ela ia junto?

R: ia junto. Fazia casinha na roça.”. (agricultora, 35 anos – caso 1 – trabalhadora)

Outra angústia revelada nas entrevistas das mulheres foi a de ter que deixar de fazer outras tarefas que gostam por conta da falta de tempo e do cansaço.

“também sentia falta de trabalhar na terra, porque eu cuidava da horta, e ainda eu ia ajudar a vó. Sempre eu ia lá ajudava a plantar as coisas, daí isso eu não posso mais fazer (...). Daí, quando dá eu vou, daí que nem ontem fui carpi ali um pouco. É que muda, parece que pra gente fica melhor. Eu me sinto bem quando vou trabalhar na terra. É que na verdade a gente cresceu trabalhando”. (agricultora, 42 anos – caso 1 – associada)

“ah, eu fazia quando tinha tempo (...). Mas eu fazia, eu gostava de fazer, eu pintava, eu fazia crochê, agora... (...) Desisti, porque não adianta. Eu alimentava a esperança de uma hora fazer, mas agora nem penso mais. Não tem”. (agricultora, 42 anos – caso 1 – associada)

“P: e você participa de alguma associação, grupo, tipo grupo de família, alguma coisa na igreja, grupo de mães?

R: não, antes eu participava, agora não tem como, né? porque as lonas (lonas que protegem a horta orgânica de alface, morango,

etc.), assim, não tem como sair. O dia de chuva, tu tem que tá cuidando. (...) Má quando eu morava lá co a mãe, nossa! Eu participava! Ministra, catequista, eu não parava fim de semana... agora não tem”. (agricultora, 35 anos – caso 1 – trabalhadora)

Evidencia-se, dessa maneira, que a mulher ao assumir a dupla jornada diminui seu tempo de lazer, de descanso e de participação comunitária e política. A entrada das mulheres no mercado de trabalho, embora tenha sido uma conquista importante, não corresponde a um aumento do bem-estar dessas mulheres que passam a ter que lidar com novas angústias e com uma exigência de tempo de trabalho ainda maior.

3.5 A satisfação em trabalhar na cooperativa

Quando questionava se as mulheres gostavam de trabalhar na cooperativa as respostas foram unânimes: todas gostam muito. Entre os principais motivos para essa satisfação estão: a melhoria de renda da família, a possibilidade de ter sua renda própria, o aprendizado, a satisfação em fazer um trabalho que seja reconhecido e não invisível como o trabalho reprodutivo.

A questão da renda era um dos problemas que existiam na época em que se idealizou essa associação de famílias. As dificuldades pelas quais os produtores estavam passando eram decorrentes da falta de terras, da baixa produtividade agrícola, da dificuldade em colocar seus produtos no mercado e da dificuldade em acompanhar as inovações tecnológicas que surgiam. Como foi descrito no início do capítulo, ao perceberem que existia mão-de-obra ociosa por conta do tipo de agricultura que estava sendo praticada, esses produtores resolveram buscar uma alternativa diferente que, pelas falas das mulheres entrevistadas, está dando frutos positivos.

“nossa... ajudou muito que... antes era só o meu marido que trabalhava e ganha até hoje uma miséria”. (agricultora, 45 anos – caso 1 – associada)

“depois que eu comecei a trabalhar na padaria, claro, a renda foi maior e a gente também já tá vivendo melhor, conseguindo pelo menos comprar alguma coisa a mais que a gente sempre sonhou”. (agricultora, 42 anos – caso 1 – associada)

Além disso, o fato de ter renda própria, receber em seu próprio nome pode ser um indicativo de empoderamento dessas mulheres. Essa é uma questão delicada já que,

muitas vezes, as mulheres recebem e quem controla o dinheiro são os maridos. Como se pode observar no gráfico dos afazeres realizados na cidade (p. 61) as tarefas “controlar os serviços bancários”, “fazer financiamentos” e “comprar equipamentos” são, em sua maioria, realizadas por homens. No entanto, a tarefa “pagar as contas” aparece como uma responsabilidade dividida, o que demonstra que o dinheiro das mulheres é essencial para o orçamento da família, não é apenas visto como um “dinheirinho para coisas de mulher”. Algumas falas das mulheres também apontam na direção de uma relativa independência na renda.

“P: quem que fica com o cartão, senha (do banco)?

R: geralmente meu marido. Eu como assim, daí... como não dependo muito, tipo, o meu dinheiro”. (agricultora, 45 anos – caso 1 – associada)

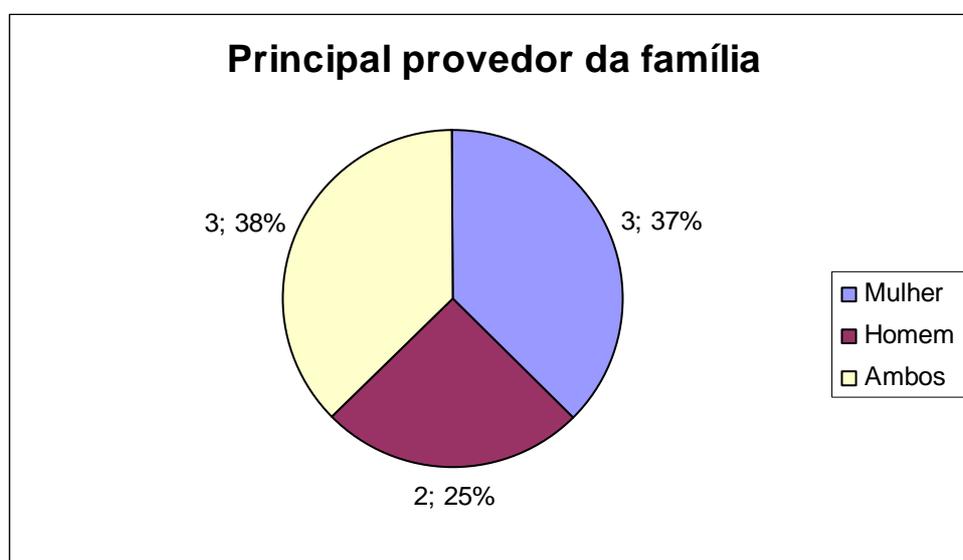
“É, melhorou, ih!... por causa que daí a gente fica em casa a gente não consegue, daí eu comecei trabalhar, daí a gente conseguiu sempre ter o dinheiro da gente”. (agricultora, 44 anos – caso 3 – associada)

“E eu sempre dependia de tudo. Se tinha que me comprar um chinelo, qualquer coisa, tinha que pedir tudo pro pai. E agora não, eu tenho a minha independência própria. Eu comprei várias coisas já pra mim”. (agricultora, 28 anos – caso 2 – trabalhadora)

Na primeira fala, a entrevistada afirma que, por ter seu próprio dinheiro, já não precisa mais recorrer ao dinheiro do marido, por isso é ele quem fica com o cartão e a senha da conta. Na segunda, ela ressalta a importância de ter seu próprio dinheiro. Na terceira, a jovem conta que adquiriu sua independência, e que pode comprar as coisas que deseja sem precisar pedir ao pai.

No entanto, o indicativo mais forte de que o fato de trabalhar na cooperativa e ter uma renda própria significou um empoderamento das mulheres é a questão da importância da renda delas no orçamento da família.

Gráfico 8 – Principal provedor da família



Conforme o gráfico acima, percebe-se que em 3 casos a principal fonte de renda da família é proveniente do salário de ambos, em 2 casos, do salário dos homens e em 3 casos, do salário das mulheres³⁹. Ou seja, a renda da mulher é essencial e, em alguns casos, mais importante do que a do marido para o sustento da família.

Outro motivo para a satisfação das mulheres em trabalhar na cooperativa é a possibilidade em fazer uma atividade que seja reconhecida e não invisível como o trabalho reprodutivo.

“Eu digo que as vantagens (de trabalhar na cooperativa) quando tu quer algum dinheiro pra alguma coisa tu tem, se tu não trabalha... em casa, tu faz, faz mas tu não ganha. É faz e desmancha, porque todo dia o mesmo e tu não tem um ganho. Fora tu tem”. (agricultora, 35 anos – caso 1 – trabalhadora)

“Eu nunca pensei que um dia eu ia trabalhar numa padaria e fazer o que eu tô fazendo. Nunca fiz. Só fazia pão, coisa pra casa, mas dizer que agora tô fazendo bolo! Ah, fiz também o curso de torta. Daí agora tô recheando bolo, rocambole. Nunca tinha feito rocambole e agora tá um sucesso”. (agricultora, 42 anos – caso 1 – associada)

³⁹ Nesse gráfico foram excluídos 2 casos em que as entrevistadas moram com os pais e não são responsáveis pelo sustento da família.

Segundo pesquisa realizada por DESER-CEMTR/PR (1996: 87), um número significativo de mulheres apontou a capina como uma de suas atividades preferidas, por considerarem esse um serviço em que o trabalho aparece, tem visibilidade. Diferentemente dos serviços domésticos que “é faz e desmancha”, ou seja, precisam ser feitos diariamente, sendo percebidos somente quando param de ser executados. Em ambas as falas as mulheres deixam bem claro que o trabalho produtivo está proporcionando um reconhecimento que antes não tinham, com o trabalho reprodutivo.

Por fim, outros motivos levantados pelas mulheres para explicar sua satisfação em trabalhar na cooperativa foram o aprendizado, a convivência, a possibilidade de poder trabalhar na própria comunidade, e o orgulho do tipo de trabalho que está sendo feito na cooperativa.

“A vantagem é que a gente aprendeu muitas coisas, né? Nossa... ah, eu gosto, é bom, eu adoro. Se eu não tô aqui, se eu estiver em casa eu fico... sabe? Não consigo ficar em casa”. (agricultora, 25 anos – caso 2 – trabalhadora)

“Vantagem que tu aprende a lidar com as pessoas, tem convívio”. (agricultora, 31 anos – caso 1 – trabalhadora)

“Tem o que fazer, e tá aprendendo, né? Então esse é o lado bom. Porque... não fica aí, né? Então... que nem na cooperativa, também, assim... um lado positivo, acho que é muito bom a nossa organização, é um lado positivo, da gente conseguir se organizar num grupo de famílias, de conseguir as coisas também, né? Que a gente consegue mais fácil.”. (agricultora, 45 anos – caso 1 – associada)

“Ah o aprendizado, porque tu vive, tipo assim... tu pensa só pra ti, depois que tu tá numa cooperativa não é mais isso. Tu tem que pensar em conjunto, não é no bem teu. Eu quero o dinheiro pra mim, eu quero isso pra mim, tu pensa no bem de todo mundo”. (agricultora, 30 anos – caso 1 – associada)

“Ah, uma (vantagem) que é perto da onde a gente mora e daí não precisa depender de ônibus, uma coisa e outra. E outra é bom por causa que é uma cooperativa, né?”. (agricultora, 44 anos – caso 3 – associada)

3.5.1 Mas... a participação na cooperativa é efetiva?

Na sessão anterior analisei a questão do empoderamento da mulher dentro da família principalmente no que diz respeito à maior participação dos homens no serviço doméstico, a conquista da renda própria e a importância dessa renda no orçamento familiar.

A análise agora será a respeito da participação da mulher no espaço público, ou seja, dentro da cooperativa.

Apesar de a cooperativa absorver grande quantidade de mão-de-obra feminina e isto ser visto com bons olhos pelos administradores, inclusive aparecendo como uma das “propagandas” da cooperativa, a participação efetiva, para além do trabalho na produção, ainda é muito reduzida.

Para melhor visualizar essa participação, foram feitas questões às mulheres sobre a participação na diretoria e nas reuniões e assembléias da cooperativa.

Em relação à participação em reuniões e assembléias, oito delas responderam que participam sempre, duas que participam às vezes e nenhuma que não participa. No entanto, a maioria entende que a importância de participar dessas reuniões é para “ficar por dentro” do que ocorre na cooperativa, apenas duas delas responderam que a importância das reuniões é por ser um espaço para emitir sua opinião. Isso é um forte indicativo da passividade das mulheres na tomada de decisões da cooperativa.

Em relação à participação na diretoria somente duas delas já participaram, sendo que uma como secretária e outra como conselheira-fiscal, nenhuma em cargos mais importantes como diretora ou vice-diretora. Quando questionadas se gostariam de participar, apenas três delas disseram que não. O principal motivo para querer participar foi, novamente, a importância de “ficar por dentro” do que ocorre na cooperativa. Apenas umas delas respondeu que gostaria de participar por achar que, dessa forma, teria mais voz.

“R: ah, que daí a gente... se daí eu tenho uma opinião, eles às vezes ouvem, mas muitas vezes não vão ouvir porque a gente não é da diretoria, né?(...)”

P: você acha que sendo da diretoria ia ser mais ouvida?

R: é, mais ouvida, né? Mais voz (risos)”. (agricultora, 28 anos – caso 2 – trabalhadora)

É interessante perceber que uma das entrevistadas, mesmo participando de um dos cargos da diretoria, sente que muitas vezes não é ouvida.

“A gente não vai muito... porque a gente fala não obedecem, né? A gente vê que tem coisa errada, mas não adianta tu falar”. (agricultora, 63 anos – caso 3 – associada)

Segundo Paulilo (2007: 116) espaço público e dificuldade de expressar as opiniões andam juntos na educação feminina. E, quando a mulher resolve se expor muitas vezes não lhe é dado crédito. Sobre isso, a autora transcreve a fala de uma das suas entrevistadas afirmando que existe uma significativa diferença entre *falar*, que até é permitido, e *ser escutada* o que é bem mais difícil:

“Uma coisa também que eu percebia..., talvez eu esteja falando uma coisa que esteja errada, mas o que eu sentia era isso: que a gente era menos inteligente que o homem. Quando tinha uma decisão pra fazer alguma coisa, pra construir alguma coisa, a opinião da gente não valia.... As opiniões, as idéias dos homens, deles, do pai, do meu irmão, do Valdir,... a opinião deles valia mais. Parecia que ia dar certo, se fizesse o que eles dissessem ia dar certo. Se fizesse o que a gente dissesse, não ia dar certo. Então, a inteligência da gente era podada também.’ (Agricultora, em entrevista a Paulilo, 2007)”⁴⁰

A educação feminina é constituída de repressões, onde a mulher é educada apenas para o espaço privado. Elas falam do “medo de falar bobagem”, pois sabem muito bem como a ridicularização é uma arma poderosa. Dessa forma, não basta que a presença das mulheres nas reuniões seja garantida para que sua efetiva participação aconteça. Ao defender que o espaço das reuniões é onde tanto os homens quanto as mulheres podem se expressar, se está pressupondo uma conversa entre iguais, o que já vimos que não ocorre (PAULILO, 2003 - 2007: 16).

Os impedimentos que apareceram para a não participação foram variados. O primeiro é que apenas as que são associadas podem assumir cargos de diretoria. Sendo que entre os 29 associados, 20 são homens e apenas 9 são mulheres pode-se aferir que até hoje os homens tiveram mais acesso à associação.

O segundo é a questão do parentesco. Conforme o Estatuto da Coopervita não podem compor a diretoria parentes entre si até o segundo grau. Sobre isso, as mulheres deram os seguintes depoimentos:

⁴⁰ PAULILO, Maria Iñez. Casamento, terra e movimento de mulheres agricultoras. In: Relatório de Atividades do Projeto Feminismo Marxista & Agricultoras e Maricultoras, 2003 – 2007, p. 116

“Mas é que daí sempre tem, tipo assim... agora entrou o meu irmão daí eu não posso”. (agricultora, 44 anos – caso 3 – associada)

“...é que... eu lembro assim, quando eles fazem assembléia aqui, é muito parentesco, (...) então não tem como, às vezes tu coloca um, não dá pra pôr o outro”. (agricultora, 42 anos – caso 1 – associada)

As questões que se colocam são: porque os homens são privilegiados nesses choques de parentesco e não as mulheres? E porque tem mais homens associados do que mulheres?

As razões para ambos os impedimentos podem estar, novamente, na questão dos papéis tradicionais de gênero que atribuem ao homem o papel de representante público da família e de principal responsável pelo provimento do lar (mesmo que na prática isso não aconteça). É dele a obrigação de ter um emprego, enquanto à mulher cabem as tarefas do lar. O trabalho na esfera produtiva, para as mulheres, seria apenas circunstancial (CAMARERO et al., 2005: 22).

Outros motivos para a falta de interesse em participar foram a falta de tempo e achar que não teriam condições por ser muita responsabilidade ou por falta de conhecimento.

“Eu sei lá (risos). É um compromisso, né? Porque daí tem que ficar por dentro meio de tudo, não adianta (...) não encararia, acho que não”. (agricultora, 35 anos – caso 1 – trabalhadora)

“Pois é, daí já é complicado (...) da diretoria tem que esperar mais um pouco pra participar, porque daí tu se envolve mais, assim. Tem que ter disponibilidade de noite pra ir em reuniões, pra ir, daí por um tempo não tem condições”. (agricultora, 30 anos – caso 1 – associada. Explicando que precisa esperar os filhos crescerem um pouco para poder participar da diretoria).

“R: não, daí eu não quero por causa da idade...”

P: é muita responsabilidade? Muito tempo?

R: é... tem que saber também”. (agricultora, 63 anos – caso 3 – associada)

Segundo pesquisa da CEMTR/Deser (2000:66), realizada em 10 associações do Paraná, as qualidades que os agricultores apontavam como sendo necessárias para um homem assumir um cargo de diretoria foram companheirismo, delicadeza e saber

conversar. Enquanto para as mulheres foi ser calma, ter coragem e perder a vergonha. No caso das mulheres parece recair uma responsabilidade muito grande sobre seu desempenho nos cargos gerenciais das associações, sendo cobrado delas, com frequência, capacidade e disposição de participar. Além disso, segundo depoimentos de campo dessa mesma pesquisa, uma das condições básicas para se abram espaços a uma real participação das mulheres é a alteração substantiva na definição e distribuição das tarefas reprodutivas.

Outro ponto importante é que as reuniões sejam feitas em horários que as mulheres possam participar. Muitas vezes as mulheres deixam de tomar parte nas discussões dos grupos por conta de sua indisponibilidade em determinados horários, em decorrência, novamente, do trabalho reprodutivo.

Considerações Finais

Através da análise dos dados levantados em campo e da comparação desses dados com outros estudos, pode-se compreender um pouco mais sobre as mudanças para as mulheres a partir de sua participação em novas formas de organização do trabalho no campo, especificamente, em uma cooperativa de produção orgânica.

De uma forma mais geral, a implementação da Coopervita possibilitou aos produtores da localidade uma melhoria de renda das famílias, bem como uma oportunidade de ocupação de mão-de-obra no meio rural, o que permitiu que muitas famílias de agricultores permanecessem em suas propriedades, sem ter a necessidade de trabalhar na cidade.

Por possuir a preocupação com o bem estar social das famílias que participam e não somente com a obtenção de lucros, pode-se afirmar que essa cooperativa condiz com os princípios da economia solidária. Além disso, outra peculiaridade dessa organização é a forma de produção alternativa, caracterizada pelo plantio orgânico. Essas duas características, economia solidária e plantio orgânico, podem ser potencializadoras de novas mudanças, inclusive nas relações de gênero. A primeira delas por não ter apenas a preocupação com o mercado, mas também com o cuidado do outro que é, por excelência, o espaço da mulher. A segunda por ser a produção orgânica ligada aos conhecimentos tradicionalmente das mulheres, que plantam os alimentos em suas hortas sem a utilização de aditivos químicos e, portanto, são detentoras de saberes nessa área.

No que tange às mudanças nas relações de gênero, a mais significativa foi a questão da importância da renda da mulher no orçamento familiar. Em muitas famílias pesquisadas, a renda das mulheres é tão ou mais importante que a do homem. Outra característica relevante é que as mulheres recebem a renda em seu próprio nome. Dessa forma, é inegável que, no âmbito familiar, o poder de decisão das mulheres tenha aumentado. Tanto por não depender mais dos maridos para comprar as coisas de que necessitam quanto por, muitas vezes, sua renda ser mais importante que a deles no sustento da casa.

Outra mudança foi em relação à divisão sexual do trabalho na propriedade. Como consequência de as mulheres passarem muito tempo trabalhando fora, os homens passaram a ajudar um pouco mais no serviço doméstico. No entanto, no momento em

que as mulheres voltam a ter mais tempo livre, elas tendem a voltar a assumir essas tarefas.

Por ainda serem as principais responsáveis e darem conta, praticamente sozinhas, de todo o serviço doméstico, e por somarem essas tarefas ao trabalho na cooperativa, as mulheres enfrentam uma sobrecarga de trabalho muito grande em seu cotidiano. Esse foi um dos assuntos mais recorrentes nas entrevistas. Em alguns casos as mulheres afirmavam que o trabalho produtivo ficava prejudicado por conta do reprodutivo, principalmente aquelas que tinham que cuidar de filhos pequenos. Dessa forma, é possível afirmar que enquanto não houver uma distribuição mais igualitária do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres, dificilmente vai haver uma igualdade de condições no trabalho produtivo.

Em relação ao empoderamento da mulher no espaço público percebeu-se que a participação das mulheres é reduzida. Aparentemente não existem impedimentos oficiais para que as mulheres participem dos processos decisórios ou exponham suas opiniões nas assembléias. No entanto, conforme Bourdieu (1995: 51 - 52), mesmo que já tenham sido abolidos os impedimentos oficiais, restam as marcas que esses impedimentos deixaram nos ambientes e nos corpos.

As mulheres não se sentem à vontade para participarem ativamente do espaço público não por serem proibidas, mas porque desde pequenas foram educadas para o privado, para o pequeno, o contido. E, quando participam dessa esfera masculina, precisam dar muito mais de si do que os homens para provar que são capazes.

É inegável, no entanto, a satisfação das mulheres em participarem da cooperativa. Elas se sentem estimuladas pelo reconhecimento de seu trabalho, tanto na questão econômica quanto por ser um trabalho que “aparece”, em contraposição aos serviços domésticos que são invisíveis.

Por fim, é importante salientar a relevância dos estudos de gênero no empoderamento da mulher e na construção de um olhar diferenciado sobre a economia. Isso porque a sustentabilidade da vida e a reprodução da família sempre se deram no âmbito doméstico e sob responsabilidade das mulheres. Dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho reprodutivo permite perceber as dificuldades que as mulheres enfrentam por serem tradicionalmente responsáveis por ele, possibilitando também uma valorização desse trabalho. Além disso, dá lugar a uma mudança de

enfoque em que a sustentabilidade da vida passa a vir em primeiro plano em relação à economia de mercado e não o contrário, como ocorre na visão tradicional de economia.

Referências bibliográficas:

ANJOS, Flávio S. dos. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

ASSIS, Renato Linhares e ROMEIRO; Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.6, p 67-80, jul./dez. 2002. Ed.: UFPR.

BATTHÁNY, Karina. Cuidado infantil y trabajo: ¿Un desafío exclusivamente femenino?; Una mirada desde el género y la ciudadanía social. Montevideo: CINTERFOR. 2004.

BAVARESCO, Pedro Antônio. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (Fase VI) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3.ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001, p. 255 - 315

BENETTI, Maria Domingues. Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980. 1ª. Ed. Porto Alegre. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992,

BEUX, Paulo Ivan. Articulação histórica da agricultura com o advento da agroindústria em Passo Fundo: considerações sobre a constituição e a consolidação de um complexo agroindustrial – 1960 a 1980. Tese de Mestrado, 2003.

BEUX, Paulo Ivan, TEDESCO, João Carlos. Avanços do processo transformador da economia rural em economia agroindustrial no município de Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos. Agroindústria, frigoríficos e cooperativismo: evoluções e contradições nas lógicas de desenvolvimento de Passo Fundo 1960 – 1980. Porto Alegre: EST, 2005.

BONI, Valdete. Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares – um estudo da Região Oeste de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis: 2005.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRUM, Argemiro J. Modernização da agricultura: trigo e soja. Ijuí, FIDENE, 1985

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio (org.). Mulher, família e desenvolvimento rural. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996.

BRUMER, Anita. Qual a “vocação” produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura gaúcha. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3ª Ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: Revista de Estudos Feministas. V. 7, Nº. 12, p. 205 – 227. Florianópolis: UFSC. 2004.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agricultoras do Sul do Brasil. In: Revista de Estudos Feministas. V. 7, Nº. 12, p. 171 -174. Florianópolis: UFSC. 2004.

CAMARERO, L (org.). Emprendedoras rurales: de trabajadoras invisibles a sujetos pendientes. Centro Francisco Tomás y Valente. UNED. Alzira-Valência. Colección Interciências 27. 2005

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian (orgs.). A produção do viver: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF. 2003

CARRASCO, Cristina. Introdução: para uma economia feminista. Articulação de Mulheres Brasileiras – uma articulação feminista anti-racista. Articulando Eletronicamente, n^o 126, jul./2005. Disponível em: http://www.articulacaodemulheres.org.br/publique/media/cristinacarrasco_revistaproposta_103_104_ano28_29.pdf. Acesso em: 8 de junho de 2009.

CEMTR/Deser. Gênero e Associativismo na Agricultura Familiar. Mulheres e Homens construindo caminhos de igualdade. Curitiba: Marginal, 2000.

CHAVES, Luiz Carlos. Laboratórios sociais de autogestão no Brasil e na Argentina: cooperativas de produção e reprodução da vida em cooperação. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC. Florianópolis, 2008.

COOPERVITA. Nossa Cooperativa: Objetivos/Princípios/Passos. Tapejara/RS, s/d 3 páginas.

COSTABEBER, José Antônio; MOYANO, Eduardo. Transição ecológica e ação social coletiva. In.: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, n.4, out/dez. 2000.

CULTI, Maria Nezilda. O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade. Trabalho apresentado no Tercer Congreso Europeo de Latinoamericanistas, em Amsterdam-Holanda, 3-6 de julho de 2002. Disponível em <http://www.ecosol.org.br/txt/coopop.pdf>. Acessado em: 08 de junho de 2009.

DALLAGASPERINA, Rosângela Maria Curzel; OLIVEIRA, Amadeo. Coopervita – Cooperativa de produção agropecuária terra e vida. 2006

DEERE, Carmem Diana, LÉON, Magdalena. O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DE GRANDI, Alexandra Bueno. Relações de gênero em famílias agricultoras associadas a mini-usinas de leite no Estado de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia Política/UFSC. 1999.

DE GRANDI, Alexandra Bueno. Relações de gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina. In: PAULILO, Maria Ignez (org.) SCHIMIDT, Wilson (org.). Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003.

DESER-CEMTR/PR. Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. Curitiba – PR, 1996.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

HAYGERT, Maria Lucia L.; DICKIE, Maria Amélia. Produzindo Vida: jovens rurais, *ethos* camponês e agroecologia. In: AUED, Bernardete Wrublevski; PAULILO, Maria Ignez Silveira. Agricultura Familiar. Florianópolis: Insular, 2004.

Censo Demográfico do Brasil – Brasil. IBGE. 2000

KARAN, Karen Follador. Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade. Tese de Doutorado. Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001

KARAN, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e novas ruralidades. In: Revista de Estudos Feministas. V. 7, Nº. 12, p. 171 -174. Florianópolis: UFSC. 2004.

KÜSTER, Ângela, MARTÍ, Jaime. Introdução: O retorno a uma agricultura sustentável. In: KÜSTER, Ângela, MARTÍ, Jaime (orgs.) Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

Disponível em: <http://www.agroecologia.inf.br/biblioteca/Agricultura%20Familiar.pdf>.

Acesso em: 28/04/~09

LECHAT, Noëlle M. P, RITTER, Carolina, LEMES, Fábio R. M., SCHIRMER, Tiago. Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Civitas – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre. v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007.

Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/2042/1543>.

Acesso em: 28/04/09.

LIMA, Paola Hernandez Cortez. Panorama da Agricultura Orgânica no Brasil e no Mundo. Boletim do Deser. N° 134, dez. 2003

LUSA, Mailiz Garibotti. Trabalho no contexto rural: quando a divisão sexual do trabalho conforma as tramas da identidade de mulheres e homens da agricultura familiar no Oeste Catarinense. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social/UFSC. 2008.

MACIEL, Elisabeth Nunes. Gênero, trabalho e família. In: TEDESCO, João Carlos, PASTORE, Elenice. Ciências Sociais: temas contemporâneos. Passo Fundo: Méritos, 2005.

MARCHIORO, Hélio Luiz. A cooperativa como instrumento de mudanças: o caso COTRIJUC. UFSC: Florianópolis. Dissertação de mestrado. 1990.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Relatórios SIES 2005/2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Acesso em: 08 de junho de 2009.

NOBRE, Mirian. Diálogos entre economia solidária e economia feminista. In: NALU, Faria (org.), NOBRE, Mirian (org.). A produção do viver: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003.

OLTRAMARI, Ana Carla; ZOLDAN, Paulo; ALTMANN, Rubens. Agricultura orgânica em Santa Catarina. 2 ed. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2005.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, rio de Janeiro: SBPC, v.5, n. 28, p. 64 – 70, jan./fev. 1987.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Terra à vista... e ao longe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

PAULILO, Maria Ignez. Mulher e Cidadania. *Serviço Social em Revista*. Vol.2 n° 2, jan/jun. Londrina. Editora da UEL, 2000.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: *Revista de Estudos Feministas*. V. 7, N°. 12. Florianópolis: UFSC. 2004.

PASTORE, Elenice. Relações de gênero na agricultura ecológica. In: TEDESCO, João Carlos, PASTORE, Elenice. *Ciências Sociais: temas contemporâneos*. Passo Fundo: Méritos, 2005.

PAULILO, Maria Ignez. Casamento, terra e movimento de mulheres agricultoras. In: *Relatório de Atividades do Projeto Feminismo Marxista & Agricultoras e Maricultoras*, 2003 – 2007

POSSER, Nanci. Desenvolvimento local – regional: um estudo da Coopervita – Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida LTDA – Tapejara – RS. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Ciências Exatas e Geociências – Universidade Federal de Passo Fundo: Passo Fundo. 2007.

RAILDA, Antônia Roel. A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura. In: *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol.3, n.4, mar. 2002. Disponível em: http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n4_antonia_railda.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2008.

RIQUE, Mônica. Os Pioneiros de Rochdale e os Princípios do Cooperativismo. Disponível em: <http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/breve_hist_leia.php>. Acesso em: 22 de agosto de 2008.

RÜCKER, Aldomar A. A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827/ 1931. Passo Fundo: Ediupf. 1997.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim, Porto Alegre: Ed. Movimento. 1974.

SHIMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (org.). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. Revista Ártemis, nº 8, Jun/2008, p.: 110 – 118.

TEDESCO, João Carlos. Madeiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900 – 1960). Passo Fundo: UPF, 2002.

TEDESCO, João Carlos; VIEIRA, Gilmar Zolet (col.). Velhas práticas, novas linguagens em horizontes mercantis. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo. 2006.

TEDESCO, João Carlos; SILVA, Paola (col.). A agricultura familiar na produção, industrialização e comercialização da agrodiversidade. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo. 2006.

TEDESCO, João Carlos; VIEIRA, Gilmar Zolet (col.); SILVA, Paola (col.). A produção, a comercialização e a possível industrialização de produtos no mercado agroecológico. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo. 2006.

TEDESCO, João Carlos. Agroindústrias, indústrias têxteis e unidades de agricultores familiares. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo. 2006.

TEDESCO, João Carlos; PASTORE, Elenice; MACIEL, Elizabeth Nunes. O papel da mulher na agricultura diversificada e agroecologia: influências e mudanças nas relações de gênero. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo. 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG: Outubro de 1996. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf>. Acesso em: 21 de julho de 2009.

Sites consultados:

<http://www.tapejara.rs.gov.br/>. Acesso em: 04/04/09

<http://www22.sede.embrapa.br/plantiodireto/IntroducaoHistorico/sistemaPlantioDireto.htm>. Acesso em: 29/04/09

<http://www.fomezero.gov.br/noticias/decreto-favorece-producao-organica-familiar>. Acesso em 20.05.09

Apêndices

Apêndice 1

Questionário:

Data: __/__/09

Nome da entrevistada:

Idade:

1. Estado civil:

casada

solteira

viúva

vive junto

separada

2. Se casada, foi casada em:

comunhão de bens

separação total de bens

separação parcial de bens

não sabe

3. Descendente de:

alemão

polonês

outro

italiano

brasileiro (bugre)

açoriano

negro

4. Qual é a sua religião?

5. Quais desses documentos possui?

Documentos	Mulher	Marido
Certidão de nascimento		
CPF		
Certidão de Casamento		
Título de Eleitor		
RG		
Carteira de Trabalho		
Bloco do Produtor		
Carteira de Motorista		

6. A senhora dirige?

nunca

às vezes

raramente

7. O seu marido dirige?

nunca

às vezes

raramente

9. Você participa de alguma associação ou grupo? Participou da diretoria de algum deles? (marcar com *)

- | | |
|--|---------------------------------|
| <input type="checkbox"/> sindicato. Qual? | <input type="checkbox"/> Igreja |
| <input type="checkbox"/> associação de moradores | <input type="checkbox"/> Escola |
| <input type="checkbox"/> associação de mulheres | <input type="checkbox"/> outro |
| <input type="checkbox"/> clube de mães | |

10. Seu marido participa de alguma associação ou grupo? Participou da diretoria de algum deles? (marcar com *)

- sindicato. Qual?
- associação de moradores
- Igreja
- Escola
- outro

11. Quais são as opções de lazer na comunidade ou fora dela? Em quais dessas opções você costuma participar? E os outros membros da família?

12. O que você faz na cooperativa?

14. Se é associada, porque decidiu se associar?

15. Há quanto tempo é associada?

16. Se é trabalhadora, porque decidiu trabalhar?

17. Há quanto tempo trabalha na cooperativa?

18. Porque não se associou?

19. Você gosta do que faz? Porque? Quais são as vantagens e desvantagens?

20. Como é feito o pagamento do trabalho realizado na cooperativa?

21. Você participa das reuniões e assembleias? Porque?

22. Já participou da diretoria?

23. Se não, porque?

24. Se sim, como foi a experiência?

25. Algum outro membro da família já participou da diretoria?

26. Já participou de algum curso ou trabalho de formação relativo à cooperativa?

27. Se não: tem vontade de participar? Porque não participa?

28. Se sim: foi aqui mesmo ou fora? Como foi a experiência?

29. Algum outro membro da família já participou?

30. Quais foram as principais mudanças positivas desde que você passou a trabalhar na cooperativa?

31. Quais foram os pontos negativos desde que você passou a trabalhar na cooperativa?

32. Quantas horas por dia a Sra. gasta com o trabalho na cooperativa?

33. E o seu marido?

34. Quando vai trabalhar na roça ou na cooperativa as crianças pequenas ficam com quem?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> sozinha em casa | <input type="checkbox"/> com pessoa paga para cuidar |
| <input type="checkbox"/> em casa com os irmãos maiores | <input type="checkbox"/> são levadas junto para o trabalho |
| <input type="checkbox"/> com o marido | <input type="checkbox"/> outro |
| <input type="checkbox"/> com parentes ou vizinhos | |

35. Rotina diária da entrevistada no dia anterior (se ontem não foi um dia típico, descrever o que faz em um dia típico de semana) (anotar as principais atividades, incluindo descanso e lazer)

Período	Principais Atividades			
Antes do café da manhã				
Antes do almoço				
Depois do almoço				
Fim da tarde				
Depois da janta				

36. Rotina diária do marido no dia anterior (se ontem não foi um dia típico, descrever o que faz em um dia típico de semana) (anotar as principais atividades, incluindo descanso e lazer)

Período	Principais Atividades			
Antes do café da manhã				
Antes do almoço				
Depois do almoço				
Fim da tarde				
Depois da janta				

37. Rotina diária da entrevistada em um dia típico de domingo (anotar as principais atividades, incluindo descanso e lazer)

Período	Principais Atividades			
Antes do café da manhã				
Antes do almoço				
Depois do almoço				
Fim da tarde				
Depois da janta				

38. Rotina diária do marido em um dia típico de domingo (anotar as principais atividades, incluindo descanso e lazer)

Período	Principais Atividades			
Antes do café da manhã				
Antes do almoço				
Depois do almoço				
Fim da tarde				
Depois da janta				

39⁴¹. Trabalho cotidiano na propriedade e em casa. Se for mais de uma pessoa marcar com * quem faz com mais frequência.

C	Tarefa	Quem faz?	
A S A	Acender o fogo no fogão a lenha		
	Preparar o chimarrão		
	Preparar o café da manhã		
	Orientar os filhos		
	Arrumar os quartos		
	Fazer o pão		
	Fazer queijo		
	Abater frangos para o consumo familiar		
	Fazer o serviço da cozinha (referente ao café da manhã)		
	Lavar roupas		
	Estender as roupas no varal		
	Fazer faxina na casa		
	Lavar calçada		
	Cuidar dos filhos		
	Brincar com os filhos		
	Fazer almoço		
	Servir almoço para as crianças		
	Encaminhar as crianças para a escola		
	Preparar comida para a família fazer lanche entre as refeições		
	Fazer o serviço da cozinha referente ao almoço	Lavar e enxugar a louça	
		Arrumar a mesa	
Limpar o fogão a gás			
Lixar o fogão a lenha			

⁴¹ Os quadros da questão 39 foram baseados no quadro elaborado por LUSA (2008: 100). Ver anexo.

F O R A	Tarefa		Quem faz?
	Estrebaria	Prender vacas e terneiros	
		Tratar animais	
		Ordenhar vacas	
		Soltar vacas no pasto	
		Limpar estrebaria	
		Guardar o leite no resfriador	
		Lavar sala de ordenha e restriador de leite, após a entrega do leite	
	Levar vacas para o pasto		
	Aviário	Abaixar as cortinas e abrir as portas	
Ascender fogo das campânulas ou fornalhas			
Recolher frangos mortos e leva-los para a composteira			
Verificar água			
Carregar os comedouros (ração)			
Tirar casta			
Levar resíduos de casca para a roça			
Ligar ou desligar: nebulizadores e ventiladores			
Fechar cortinas e portas			
Fazer vistorias diurnas: verificar cortinas, ventiladores, nebulizadores e demais equipamentos			
Chiqueiro	Verificar água		
	Alimentar suínos		
	Tratar suínos		
	Fazer controle de doenças		
	Inseminar porcas		
	Desmamar leitões		

	Trocar suínos de baias	
	Recolher as vacas da pastagem	
	Fazer vistorias no: chiqueiro, aviário, e estábulo/estrebria	
Serviços no entorno da casa	Cultivar a horta	
	Plantar, limpar e colher as miudezas	
	Cuidar do jardim, podar roseiras e outras flores	
	Cortar a grama	
	Capinar o terreiro	
Roça / lavoura	Arar, gradear, envergar solo	
	Plantar, cultivar e colher	
	Plantar, adubar ou colher (cortar) pasto	
	Roçar poteiros	
	Fazer cerca	
	Tirar lenha	
	Fazer ração para os animais criados na propriedade	
	Arrumar instalações	
	Espalhar adubo na grama	
	Alimentar as criações (galinhas, terneiros e porcos) usados para subsistência	
	Fazer vistoria noturna no aviário e no chiqueiro	

C	Tarefa	Quem faz?
I	Fazer compras para a propriedade	
D	Pagar contas	
A	Comprar alimentos	
D	Fazer e controlar os serviços bancários	
E	Fazer financiamentos	
	Comprar equipamentos	
	Comprar roupas	

	Comprar materiais para a casa	
--	-------------------------------	--

40. Seu marido participa nos trabalhos de casa?

- nunca
 raramente
 de vez em quando
 com frequência

41. A senhora está satisfeita com essa divisão de responsabilidades?

42. Qual é a renda principal da família? (numerar em ordem de importância):

- propriedade
 cooperativa
 trabalho fora da propriedade
 aposentadoria
 outros

54. Quais são os principais gastos da família?

Despesas	Quem realiza (quem paga)	Assinalar as 3 principais
Compras para a casa (alimentação, higiene e limpeza)		
Conta de luz		
Educação dos filhos (transporte, material escolar)		
Saúde (consultas, exames)		
Transporte da família (combustível, passagem)		
Utensílios domésticos		
Gastos na propriedade		
Gastos pessoais dos filhos		

Gastos pessoais do marido		
Gastos pessoais da mulher		

54. Possui conta corrente em algum banco?

- Sim, individual
 Sim, em conjunto com o marido
 Não, mas o marido tem.
 Não, nem o marido.

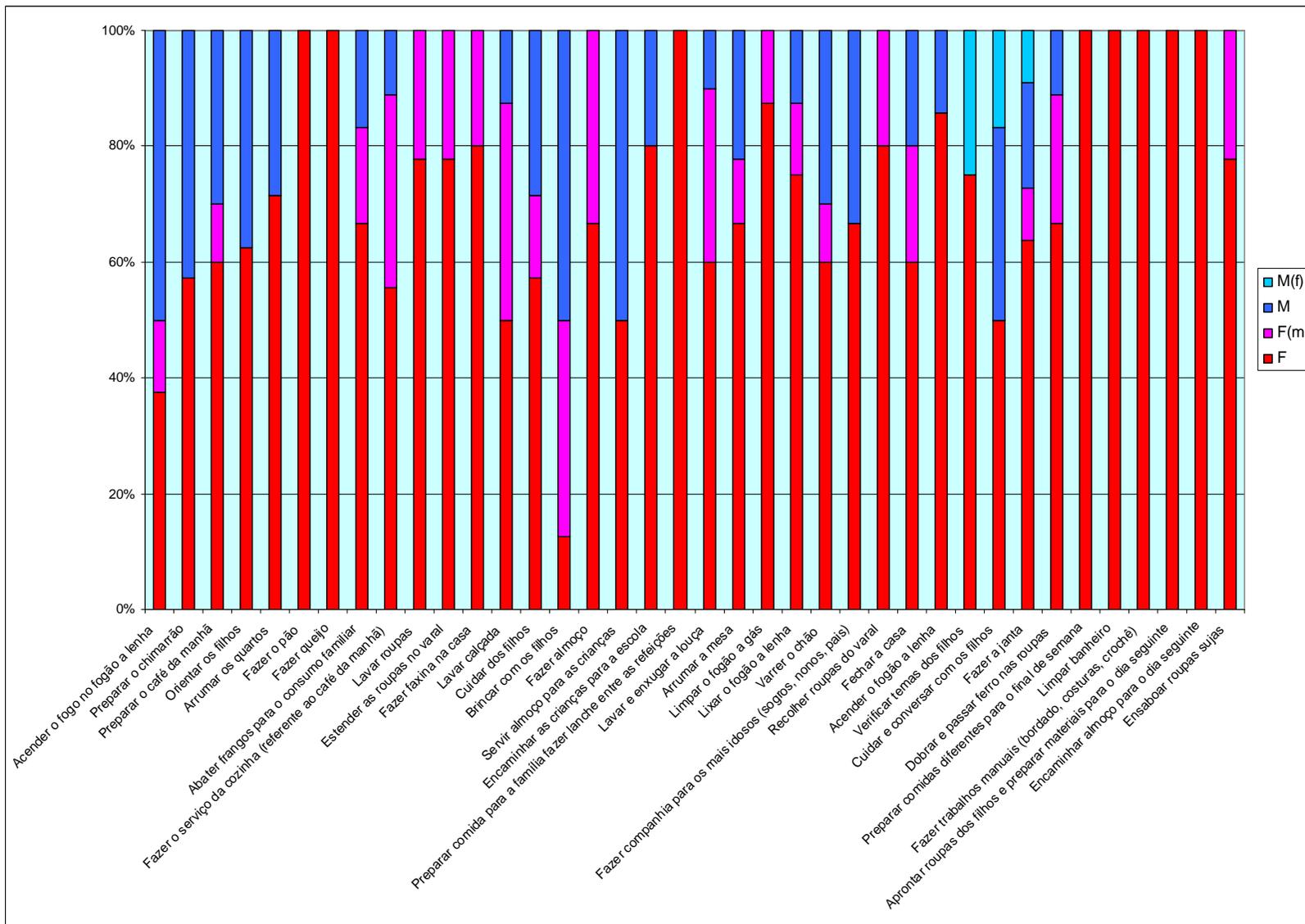
55. Se sim, com quem fica o cartão, número e senha da conta? Quem costuma movimentar a conta?

- Mulher
 Marido
 Os dois

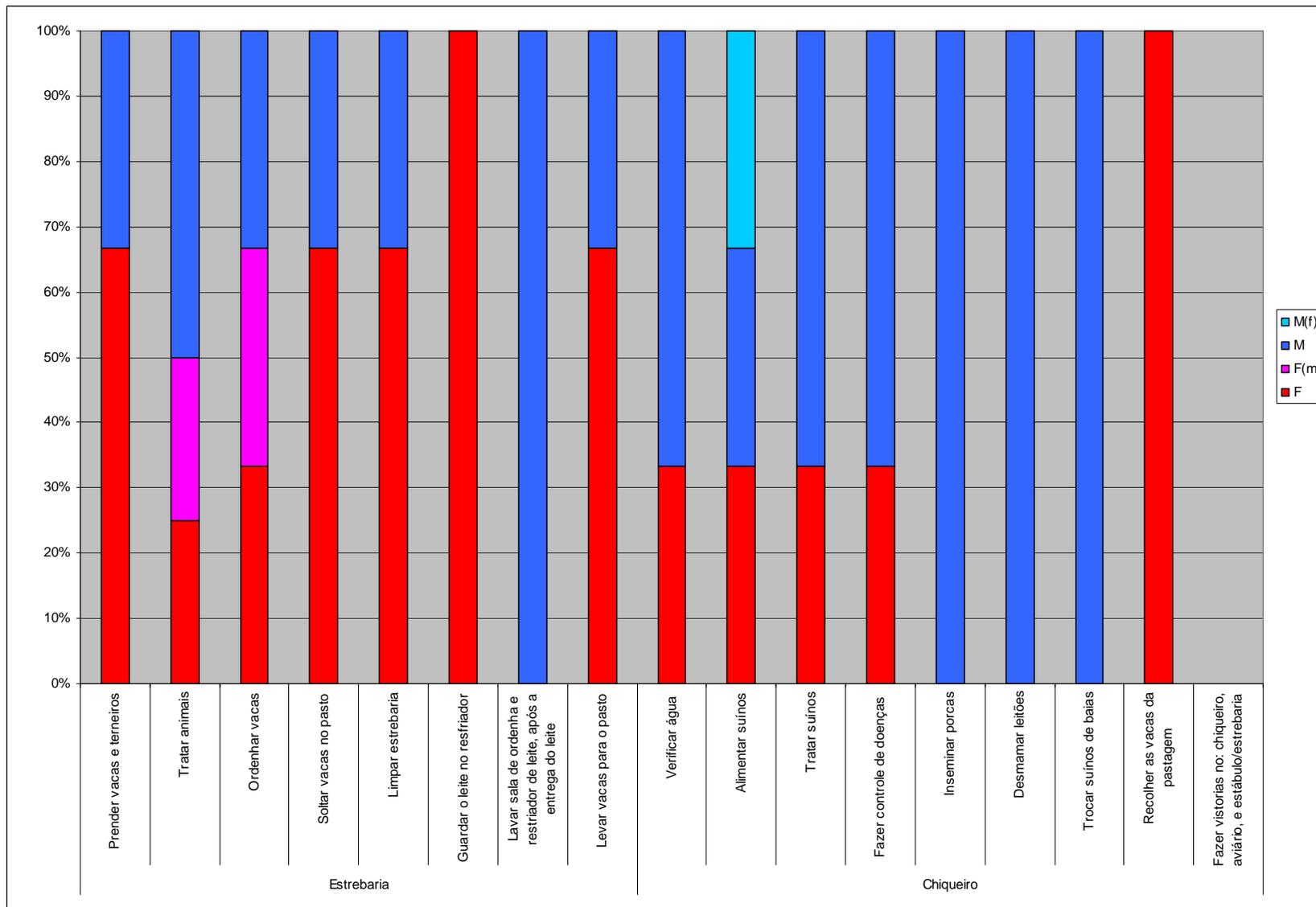
56. Nas últimas semanas quantas vezes você saiu da propriedade? E seu marido? Por que motivo?

Motivo	Mulher	Marido
Compras da casa		
Compra de insumos		
Bancos		
Médico		
Cooperativa		
Igreja		
Vendas		
Outros		

Apêndice 2
Gráfico 9 – Divisão nas tarefas dentro do lar (detalhado)

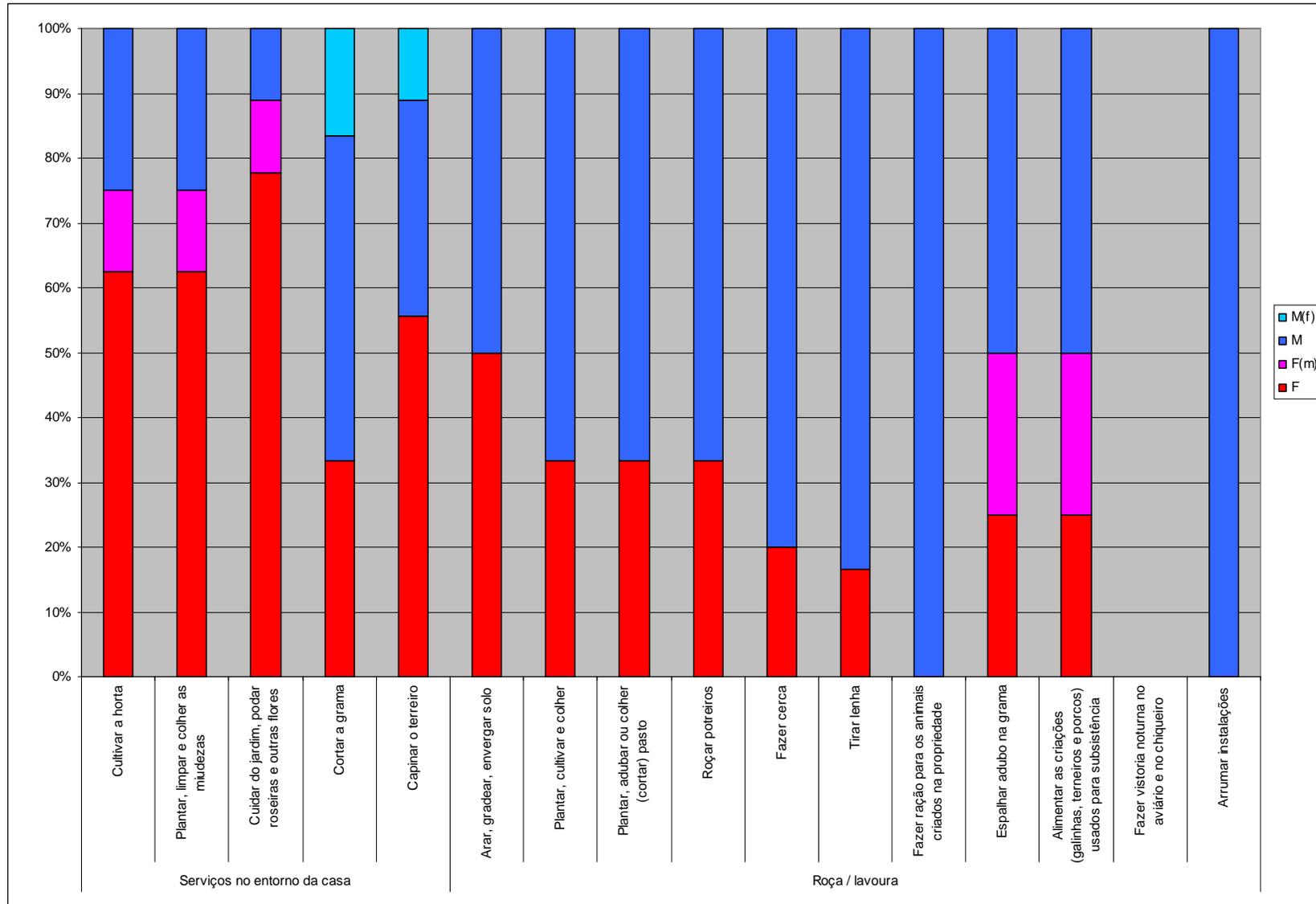


Apêndice 3
Gráfico 10 – Divisão nas tarefas fora do lar (detalha) – parte 1



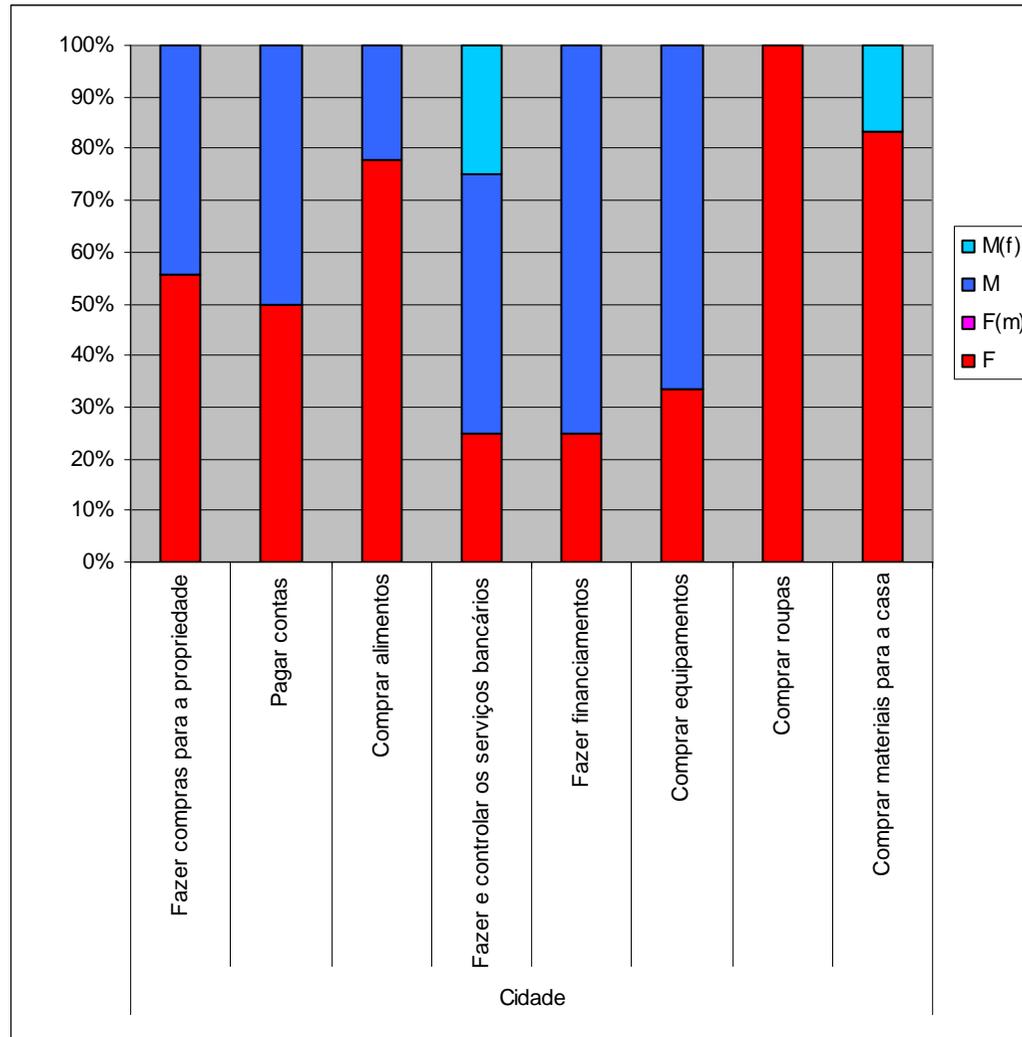
Apêndice 4

Gráfico 11 – Divisão nas tarefas fora do lar (detalhado) – parte 2



Apêndice 5

Gráfico 12 – Divisão nas tarefas da cidade (detalhado)



Anexo

A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar

- Analogia à "divisão do trabalho entre os sexos", de Pierre Bourdieu. Original: *Le sens pratique*, 1980 -

Trabalhos Masculinos	Trabalhos Femininos
Dentro	
<ul style="list-style-type: none"> • Acender o fogo no fogão a lenha; • Preparar e chimarrão; • Cuidar dos filhos; • Brincar com os filhos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar o chimarrão; • Preparar café da manhã; • Orientar filhos; • Arrumar os quartos; • Fazer o pão; • Fazer queijo; • Abater frangos para o consumo familiar; • Fazer o serviço da cozinha (referente ao café da manhã); • Lavar roupas e estendê-las no varal; • Fazer faxina na casa e lavar calças; • Fazer almoço; • Servir almoço para as crianças; • Encaminhar as crianças para pegar o ônibus/escola; • Preparar comida para a família fazer lanche entre as refeições; • Fazer o serviço da cozinha (referente ao almoço): <ul style="list-style-type: none"> ✓ Lavar e enxugar a louça ✓ Arrumar a mesa ✓ Limpar fogão a gás e limar fogão a lenha; ✓ Varrer o chão • Faz companhia para os mais idosos (sogros, 'nonos', pais) • Recolher roupas no varal • Fechar a casa e acender o fogo no fogão a lenha. • Verificar temas dos filhos • Cuidar e conversar com os filhos • Fazer a janta • Dobrar e passar ferro nas roupas • Preparar comidas especiais para o final de semana, geralmente sobremesas; • Limpar banheiro (noturno); • Fazer trabalhos manuais: bordado, costuras, crochê, tricô e empalhar cadeiras; • Aprontar roupas dos filhos e preparar material escolar para o dia seguinte; • Encaminhar almoço para o dia seguinte; • Enxugar roupas sujas;
Fora	
<ul style="list-style-type: none"> • Aviário: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Abaixar cortinas e abrir as portas; ✓ Ascender fogo nas campânulas ou fôrnia; ✓ Recolher frangos mortos e leva-los para a composteira; ✓ Verificar a água; ✓ Carregar os comedouros (ração); ✓ Tirar casta; ✓ Levar resíduos de casca para a roça; ✓ Ligar ou desligar nebulizadores e ventiladores; ✓ Fechar cortinas e as portas; • Chiqueiro: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Verificar água; ✓ Tratar suínos; ✓ Fazer controle de doenças; ✓ Inseminar porcas; ✓ Destamar leitões; ✓ Trocar suínos de baias • Recolher as vacas da pastagem • Fazer vistorias no: chiqueiro, aviário e estábulo/estrebria (gado de engorda) • Roça e/ou lavoura: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Arar, gradear, envergar solo; ✓ Plantar, cultivar e colher: milho, trigo e feijão; ✓ Plantar, adubar ou colher (cortar) pasto; ✓ Roçar poteiros; ✓ Fazer cerca; ✓ Tirar lenha; • Fazer ração para os animais criados na propriedade • Arrumar instalações; • Espalhar adubo no grama; • Ir para a cidade <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fazer compras para a propriedade; ✓ Pagar contas; ✓ Fazer e controlar serviços bancários; ✓ Fazer financiamentos; ✓ Comprar equipamentos; • Fazer vistoria noturna no aviário e chiqueiro; 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrebaria: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prender vacas e terneiros; ✓ Tratar animais; ✓ Ordenhar vacas; ✓ Soltar vacas no piquete; ✓ Limpar estrebaria; ✓ Guardar (acondicionar) o leite no resfriador; ✓ Lavar sala de ordenha e resfriador de leite, após a entrega do leite; ✓ Levar vacas para o pasto; • Aviário (interala com os serviços da casa): <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ascender fogo nas campânulas ou fôrnia; ✓ Verificar a água; ✓ Carregar os comedouros (ração); ✓ Tirar casta; ✓ Faz vistorias diurnas: verificar cortinas, ventiladores, nebulizadores e demais equipamentos • Chiqueiro: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Verificar água; ✓ Alimentar os suínos; • Fazer serviços no entorno da casa: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cultivar a horta; ✓ Plantar, limpar e colher as mudanças; ✓ Cuidar do jardim, podar roseiras e outras flores; ✓ Cortar a grama; ✓ Capinar o terreiro • Roça e/ou lavoura: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Limpar (capinar) e colher: milho, trigo e feijão; ✓ Roçar poteiros; • Ir para a cidade <ul style="list-style-type: none"> ✓ Comprar alimentos; ✓ Comprar roupas e materiais para a casa; • Alimentar as "criações" (galinhas, terneiros e porcos -subsistência)